

JOEL DIAS DE REZENDE JÚNIOR

**SOFISTICAÇÃO POLÍTICA E VOTO EM DILMA NAS ELEIÇÕES
PRESIDENCIAIS DE 2010**

Belo Horizonte
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais
Novembro de 2015

JOEL DIAS DE REZENDE JÚNIOR

**SOFISTICAÇÃO POLÍTICA E VOTO EM DILMA NAS ELEIÇÕES
PRESIDENCIAIS DE 2010**

Monografia apresentada ao Curso de Gestão Pública do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Gestão Pública.

Orientador: Prof. Dr. Mário Fuks
Universidade Federal de Minas Gerais

Belo Horizonte
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais
Novembro de 2015

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Mário Fuks pelos conselhos, indicações de leituras, paciência e confiança para realização deste trabalho.

Aos professores do curso de Gestão Pública, especialmente aqueles que tive a oportunidade de conviver como aluno ao longo destes últimos anos.

Ao Centro de Estudos do Comportamento Eleitoral – CECOMP – UFMG, e nominalmente aos integrantes Mariela Rocha e Gabriel Casalecchi, pelas valiosas contribuições para a consecução desta monografia.

À minha família e amigos que dispuseram de muita confiança, apoio e compreensão em diversos momentos desta minha formação, principalmente ao meu pai Vanir Augusto pelo cuidado e inspiração.

À todos que de alguma maneira fizeram parte da minha formação e da elaboração deste trabalho.

Muito Obrigado!

RESUMO

Esta monografia tem por objetivo estudar as possíveis relações entre a sofisticação política e o voto em Dilma Rousseff nas eleições presidenciais de 2010. As análises descritivas e os modelos de regressão expostos são baseadas no banco de dados ESEB-2010. E os resultados mostram que a sofisticação política não influenciaria diretamente as preferências dos eleitores como outras variáveis como a ideologia ou a identificação partidária.

Palavras-chave: Comportamento eleitoral, sofisticação política, eleições presidenciais.

ABSTRACTS

This paper aims to study the possible relationship between the political sophistication and vote for Dilma Rousseff in the presidential elections of 2010. The descriptive analysis and regression models are based on the database ESEB - 2010. The results show that the political sophistication do not directly influence voter preferences as other variables such as ideology or partisanship.

Keywords: Voting behavior, political sophistication, presidential elections.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	7
ABREVIATURAS E SIGLAS.....	8
INTRODUÇÃO	9
1. ABORDAGENS CLÁSSICAS DO COMPORTAMENTO ELEITORAL	11
1.1 Escola Sociológica.....	11
1.2 Escola Psicossociológica.....	12
1.3 Escola Racional.....	13
1.4 Sofisticação Política.....	15
1.4.1 Sofisticação Política e a Direção do Voto	17
1.5 O Comportamento Eleitoral no Brasil	20
1.5.1 Elementos Macrossociológicos	20
1.5.2 Elementos Partidários e Ideológicos.....	22
1.5.3 Elementos Econômicos.....	23
1.6 Considerações sobre o comportamento eleitoral no Brasil.....	24
2. SOFISTICAÇÃO E VOTO EM DILMA ROUSSEFF	26
2.1 A Eleição de Dilma Rousseff	26
2.2 Sofisticação e voto em Dilma	28
2.3 Voto em Dilma	30
3. DETERMINANTES DO VOTO EM DILMA ROUSSEFF EM 2010	36
3.1 Metodologia	36
3.2 Resultados	40
3.3 CONCLUSÃO	44
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	46
APÊNDICE	49

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Resultado da eleição 2010 para presidente do Brasil – Segundo Turno	pag.	28
Tabela 02	Distribuição de votos do banco de dados ESEB 2010 - Segundo Turno	pag.	29
Tabela 03	Cruzamento entre variáveis de sofisticação política e voto em Dilma 2010	pag.	29
Tabela 04	Coeficiente de correlação (r) entre voto em Dilma e Sofisticação	pag.	29
Tabela 05	Distribuição percentual dos indivíduos por categoria e percentual de sucesso da variável “voto na Dilma” pelas categorias das variáveis de interesse	pag.	33
Tabela 06	Coeficiente de correlação (r) entre voto em Dilma e variáveis socioeconômicas – Segundo Turno 2010	pag.	34
Tabela 07	Coeficiente de correlação (r) entre voto em Dilma e variáveis políticas e geográficas – Segundo Turno 2010	pag.	35
Tabela 08	Regressões Logísticas Binárias para explicação de “voto em Dilma” por variáveis de interesse do banco de dados ESEB 2010	pag.	41

ABREVIATURAS E SIGLAS

ESEB – Estudo Eleitoral Brasileiro

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PT – Partido dos Trabalhadores

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

INTRODUÇÃO

Esta monografia insere-se nos estudos do Comportamento Eleitoral e tem como objeto de análise as eleições presidenciais de 2010. O interesse primeiro do trabalho é identificar uma possível influência do nível de sofisticação política do eleitor na direção do voto nas eleições presidenciais de 2010. Desta forma a questão que se coloca é: os eleitores com menores níveis de sofisticação política tenderiam a votar mais ou menos em Dilma Rousseff?

Este questionamento não apresenta muita repercussão na literatura específica sobre sofisticação, porém foi estimulado pela percepção da atribuição frequente aos eleitores de Lula e Dilma de qualificações como “desinformados”, “despreparados para o voto”, “alheios ao processo político”. Esta percepção é exemplificada, em parte, por uma entrevista do sociólogo e ex-presidente Fernando Henrique Cardoso ao Portal Uol, na qual o argumento desenvolvido por FHC sugere que os eleitores “menos informados” tenderiam a votar mais em candidatos do PT e que vai ao encontro do argumento de Baquero (2011).

A hipótese deste trabalho é de que não há influência direta da sofisticação política sobre as preferências dos eleitores, conforme defende Pereira (2013).

Para a base teórica destacamos, além de estudos específicos sobre a sofisticação política do eleitor (NEUMAN, 1981; LUSKIN, 1987; CASTRO, 1994; PEREIRA, 2010), outros próprios da interpretação do comportamento eleitoral brasileiro (REIS, 1978; FIGUEIREDO, 2003; CARREIRÃO e KINZO, 2004; LÍCIO e RENNO, 2009; TERRÓN e SOARES, 2010; BAQUERO E GONZALEZ, 2011), além dos estudos clássicos (LAZARSFELD, BERELSON e GAUDET, 1944; CAMPBELL, CONVERSE, MILLER e STOKES, 1960; CONVERSE, 1964; DOWNS, 1957).

A análise empírica foi feita a partir do banco de dados ESEB – 2010 e constou de modelos de regressão logística, estatísticas descritivas de frequências, correlações, testes chi-quadrado que servem de base para responder o questionamento inicial. Os testes foram feitos a partir do programa estatístico STATA -12.

Os resultados mostram que a sofisticação política, conforme foi medida, não apresentou influência significativa sobre o voto em Dilma em 2010. Detalhadamente, vemos que em nenhum dos testes realizados se confirma a associação entre os níveis mais baixos de sofisticação e o voto em Dilma.

Por outro lado, destacamos outros fatores que seriam relevantes na explicação do voto em Dilma em 2010 e refazemos os testes estatísticos para estas variáveis. Confirmamos várias

expectativas da literatura que indicava elementos como partidarismo, ideologia e avaliação de governo como bons indicadores da direção do voto.

Por fim, com a constatação de não associação entre o voto em Dilma em 2010 e o nível de sofisticação concluímos que o entendimento da sofisticação política não deveria ser destacado como elemento explicativo do voto, sendo que outras variáveis teriam poder explicativo muito maior do comportamento eleitoral como a identificação partidária, a avaliação de governo e a ideologia.

Para a Gestão Pública ressalta-se a importância de se estudar os determinantes do voto, e o comportamento eleitoral de forma geral, uma vez que as eleições definem, em certa medida, as políticas públicas que serão implementadas.

O trabalho está dividido em três capítulos, sendo que no primeiro temos uma análise teórica com a apresentação dos conceitos e interpretações do comportamento eleitoral e da sofisticação política, além da apresentação do problema e da hipótese da monografia. No capítulo 2 apresentamos uma análise descritiva das eleições de 2010, dos testes entre voto em Dilma e sofisticação política, além de testes entre variáveis explicativas da literatura e voto em Dilma. No último capítulo demonstramos a construção das variáveis, os modelos de regressão logística e suas interpretações, assim como uma conclusão com os resultados gerais do trabalho.

1. ABORDAGENS CLÁSSICAS DO COMPORTAMENTO ELEITORAL

Os estudos do comportamento eleitoral encontram suas bases em três interpretações clássicas que serão tomadas nesta monografia como marcos teóricos primeiros. As formulações originais das escolas *Sociológica*, *Psicossociológica* e da *Escolha Racional* tem contribuído ainda hoje para o desenvolvimento deste campo de estudo, e principalmente para a compreensão dos elementos de influência do comportamento do eleitor.

No Brasil, temos também uma agenda de pesquisa bastante antiga e desenvolvida, que tem sua origem ainda em meados do século XX. Entretanto, é com a consolidação democrática, com a Constituição de 1988 e o reestabelecimento de eleições livres, que se desenvolve, mais intensamente, as pesquisas na área.

Nas próximas seções serão apresentadas as três vertentes interpretativas clássicas do comportamento eleitoral, o conceito de sofisticação política, a relação que se pretende analisar da sofisticação política e a direção do voto, seguida das interpretações próprias do caso brasileiro. Esta literatura norteará todo o trabalho, sobretudo a análise empírica a ser realizada nos próximos capítulos.

1.1 Escola Sociológica

A origem dos estudos da Escola Sociológica encontra-se na união de pesquisas que buscavam identificar efeitos dos meios de comunicação de massa sobre o eleitorado e aqueles ligados ao comportamento de pequenos grupos. Paul Lazarsfeld e colegas da Universidade de Columbia se destacaram pelo pioneirismo e inovação metodológica ao abordar o comportamento político a partir desta perspectiva. Suas contribuições mais relevantes estão na obra clássica *The People's Choice* (Lazarsfeld, Berelson e Gaudet, 1944). Nestes trabalhos atentou-se para lógica de comunicação interna dos grupos (indivíduos moleculares, *two step-flow*) e os efeitos de comunicação externa (*media*). Esta abordagem evidenciou o pertencimento e posição dos indivíduos nos diversos grupos sociais, além do processo informacional interno do grupo e os efeitos externos aos quais os indivíduos estão expostos.

A pesquisa que deu origem ao livro tinha como objetivo geral identificar o nível de influência dos meios de comunicação de massa sobre a definição das opiniões e atitudes dos indivíduos, ou precisamente a definição do voto. Para isso foram elaborados estudos de painéis, ao longo das eleições presidenciais de 1940 nos EUA, na cidade de Erie County (Ohio), com 600 eleitores.

Acreditava-se que a definição das preferências políticas se dava em curto prazo, orientadas pelos efeitos da comunicação de massa. Mas o que se observou foi que grande parte do eleitorado pesquisado não apresentava variação nas preferências políticas ao longo do tempo, mesmo quando exposta aos meios de comunicação de massa. Além disso, descobriu-se padrões de orientações políticas a partir do pertencimento do indivíduo a determinados grupos sociais.

A partir das análises dos painéis os autores propuseram que aqueles eleitores que apresentavam variação, ao longo do estudo, nas preferências eleitorais estariam sobre influência de pressões-cruzadas. Isso é, o pertencimento a grupos (família, igreja, clube, trabalho) de diferentes orientações políticas levaria a uma maior instabilidade de preferências e orientações políticas.

Cuidou-se, ainda, nesta pesquisa de identificar a posição dos indivíduos na estrutura social, o nível de exposição e interesse quanto a questões políticas além da posição de influência de cada indivíduo dentro do grupo (análise sociométrica) para se destacar as “lideranças moleculares”. Observou-se que tais lideranças serviam para resumir e mitigar os efeitos da mídia sobre o grupo, além de serem responsáveis pela cristalização de preferências políticas de membros mais periféricos dos grupos, por meio da comunicação de duas etapas (*two step-flow communication*). Estas lideranças estavam, ainda, horizontalmente distribuídas pelos grupos e não eram necessariamente aqueles em altas posições socioeconômicas. Em resumo, constatava-se o efeito mínimo dos meios de comunicação e a relevância dos grupos sociais sobre a definição de preferências políticas.

A Escola sociológica apresenta portanto uma interpretação na qual o comportamento do eleitor seria influenciado pelos seus grupos de pertencimento além de outras características sociais.

1.2 Escola Psicossociológica

O Modelo Psicossociológico de estudos do comportamento eleitoral surge a partir de trabalhos de pesquisadores da Universidade de Michigan, sobre as eleições presidenciais de 1956. E tem como principal contribuição teórica a publicação, em 1960, da obra clássica *The American Voter*, de Campbell, Converse, Miller e Stokes. Estes estudiosos destacaram como central o conceito de identificação partidária, um tipo de afinidade entre partidos e eleitores, para explicar o comportamento do eleitor ante a escolha do voto (CAMPBELL *et. alii.* 1960).

A identificação partidária é entendida como uma forma de afinidade psicológica, estável e duradoura, que se estabelece entre os indivíduos e os partidos (Campbell, Converse, Miller & Stokes, 1960). E estariam ligados a processos de socialização primária com grupos de referência, como familiares.

Campbell e seus colegas destacaram que a importância da identificação partidária para o modelo estava no fato de que ela funcionaria como um filtro perceptivo da realidade política. Isso significa que as informações e estímulos recebidos pelos indivíduos, do universo político, estariam amoldados por um certo filtro de realidade, que seria condizente com sua identificação partidária.

Os autores ainda descobriram que mesmo possuindo uma identificação partidária clara nem sempre o voto coincidia com tal identificação do eleitor. Isso porque outros fatores de curto prazo poderiam influenciar a direção do voto, mesmo o eleitor possuindo uma identificação partidária prévia. Assim, Campbell e seus colegas trataram de explicar a lógica da definição do voto por meio da metáfora do “funil de causalidade”.

Esta explicação metafórica considera a tomada de decisão do voto como um funil de causalidade, sendo que os fatores distais (elementos sociológicos) comporiam a abertura mais larga do funil. Em seguida, viria a identificação partidária, como um filtro perceptivo para os fatores proximais (campanhas, candidatos, temas próprios do pleito), que por sua vez seriam a parte mais estreita do funil. Por fim, na saída do funil estaria o voto, condicionado aos fatores proximais, à identificação partidária e aos fatores distais.

A explicação, portanto, para o comportamento eleitoral proposta pela Escola Psicossociológica está baseada fundamentalmente nas relações de afinidade estabelecidas entre os eleitores e os partidos. Isso significa que este modelo acaba por evidenciar que existiriam fatores de natureza individual que explicariam melhor o voto do que apenas as predisposições sociais.

1.3 Escola Racional

A Teoria da Escolha Racional, referente à explicação do comportamento eleitoral, é inaugurada por Anthony Downs, em 1957, com a publicação do livro *“An Economic Theory of Democracy”*. Esta interpretação está ancorada na premissa de racionalidade dos atores políticos. Isso significa que cada eleitor vota no partido/candidato que ele acredita que lhe proporcionará mais benefícios do que qualquer outro. Ao mesmo tempo, os políticos e partidos

tomarão decisões com o intuito de maximizarem seu apoio político, e as chances de manutenção no poder (DOWNS, 1999, p. 57).

Neste trabalho, o autor faz uma analogia do comportamento do eleitor com o de um consumidor racional, que orientará suas ações, com base em interesses próprios, a fim de alcançar o máximo de benefícios com o menor custo, ou seja, o eleitor calcula racionalmente como maximizar a utilidade do seu voto.

Este comportamento racional, no entanto, seria observado num contexto de incertezas, ou seja, num ambiente onde os eleitores fariam escolhas políticas possuindo informações incompletas sobre o ambiente político. A incerteza se revelaria, principalmente, sobre as posições que os partidos políticos poderiam tomar quando governo, e sobre o resultado eleitoral em si, ou seja, os eleitores não teriam certeza sobre os votos dos outros eleitores (DOWNS, 1999, p. 127). O contexto de incerteza seria superado, ou ao menos minimizado, com a aquisição informacional.

Entretanto, o custo de aquisição, seleção e entendimento das informações disponíveis, além do tempo e deslocamento até a urna seria muito alto para o eleitor médio, ou seja, a aquisição informacional e o ato de votar teriam um custo muito alto se comparado aos benefícios proveniente do voto (DOWNS, 1999, p.60). Esta constatação indica que não seria racional para o eleitor se dedicar em se informar profundamente sobre os vários assuntos políticos. Para explicar melhor esta ideia Downs apresentou o argumento da ‘ignorância racional’, que captaria o modo pelo qual os eleitores não completamente informados conseguiriam estabelecer estratégias de simplificação para a redução de custos informacionais, principalmente em ambientes complexos. Tais estratégias de simplificação ficaram conhecidas como atalhos informacionais e teriam o papel de facilitar a tomada de decisão do eleitor.

Esta abordagem está, portanto, estabelecida sobre no argumento da racionalidade dos atores políticos. E nesse sentido destaca que os eleitores tomarão suas decisões a partir de cálculos racionais a respeito dos benefícios e custos provenientes do voto. Além disso, os eleitores estabeleceriam estratégias de redução de custos de aquisição e interpretação das informações políticas, os atalhos informacionais.

As contribuições das teorias internacionais aos estudos do comportamento eleitoral no Brasil são múltiplas e abriram caminho para uma diversidade de análises que mobilizam elementos macrossociológicos, ideológicos, de identificação partidária além do desempenho econômico e outros elementos próprios do contexto brasileiro para indicarem como os eleitores votam. A seguir será apresentado o conceito de sofisticação política que também compõe a base teoria da presente monografia.

1.4 Sofisticação Política

Além das abordagens clássicas do comportamento eleitoral, há ainda um conceito de extrema relevância neste trabalho que deve ser introduzido para a melhor compreensão do restante da literatura, a sofisticação política. A princípio indicarei algumas definições e interpretações do conceito, em seguida especificarei a relação que se pretende entre a sofisticação política e as eleições presidenciais de 2010.

O conceito de sofisticação política foi introduzido inicialmente na literatura por Philip E. Converse em “*The nature of belief system in mass publics*” (1964), e diz fundamentalmente da capacidade dos cidadãos de entenderem os diferentes elementos e assuntos do universo político. Nesta obra, o autor argumentou que quanto maior fosse o nível de conhecimento contextual¹ sobre política e a capacidade de orientação ideológica das atitudes políticas, maior seria a chance de se desenvolver um sistema de crenças ideologicamente estruturado e coeso. A lógica desenvolvida por Converse é de que um sistema de crenças estruturado permitiria ao eleitor a construção mais correta de percepções da realidade, além de avaliações mais bem fundamentadas dos estímulos recebidos do ambiente político (Converse, 1964, p. 207-227). O autor imaginava como ideal a existência de cidadãos amplamente informados e instruídos, capazes de fazerem articulações de ideias e conceitos abstratos do mundo da política. No entanto, seu estudo constatou que apenas uma pequena parte do eleitorado analisado possuía um sistema de crenças coeso e estruturado.

Posteriormente, as formulações sobre sofisticação política foram retomadas por outros estudiosos do comportamento eleitoral que cuidaram de apresentar interpretações diversificadas para o conceito (NEUMAN, 1981; LUSKIN, 1987, 1990; CASTRO, 1994), como nesta definição de Robert Luksin (1990):

Mais precisamente, uma pessoa é politicamente sofisticada na medida em que as suas cognições políticas são numerosas, cobrem uma amplitude substantiva de temas, e são altamente organizadas ou estruturadas. Alguns psicólogos tratam disso como complexidade cognitiva (Schroder, Driver, e Streufert, 1967), significando o quanto as cognições de uma pessoa em algum domínio de estímulos são altamente diferenciadas e altamente integradas (organizadas ou estruturadas). (LUSKIN, 1990, p. 332).

Russell Neuman (1981) em sua interpretação do conceito de sofisticação política diz essencialmente de duas dimensões que conformam tal entendimento. A primeira se refere à

¹ Conhecimento contextual refere-se a uma medida de reconhecimento e entendimento de termos comuns dos sistemas de crença liberal e conservador (CONVERSE, 1964, p. 212).

capacidade de identificação e diferenciação de elementos da política, a diferenciação conceitual. Já a segunda dimensão caracteriza a capacidade de organização de ideias e assuntos políticos em construtos mais abstratos, a integração conceitual (NEUMAN, 1981, p. 1937).

Tais dimensões de diferenciação e integração conceitual dos assuntos políticos seriam forjadas, inicialmente, a partir de processos primários de socialização, no âmbito familiar (PEREIRA, 2010, p. 46 - 47). Isso significa que indivíduos expostos a estímulos políticos, de maneira mais frequente ao longo da vida, teriam mais chance de reconhecer elementos políticos e seriam influenciados por eles em suas decisões políticas. Nesse sentido, a exposição a temas políticos e o contato com comportamento politizado teria papel central na conformação da sofisticação política, como interpreta Frederico B. Pereira (2010):

Indivíduos que cresceram em famílias politizadas tendem a ser politicamente sofisticados pela combinação entre o maior fluxo de estímulos políticos no ambiente familiar e a prática de ter o comportamento politizado reforçado frequentemente pelas pessoas próximas. Um histórico de condicionamento como esse aumenta a probabilidade de que uma pessoa seja capaz de reconhecer e ser influenciada por estímulos políticos em suas decisões políticas. (PEREIRA, 2010, p. 47).

Ademais, a abordagem conceitual apresentada por Converse foi considerada muito exigente (NEUMAN, 1981; LUSKIN, 1987), pois, além de demandar do eleitor a capacidade de entender conceitualmente o mundo da política ela exigia a adesão a um sistema de crenças ideológico disponível (liberal ou conservador) (CONVERSE, 1964, p. 227-228). Esta premissa de adesão a um sistema de crenças foi posteriormente abandonada por Converse que reconheceu que o eleitor poderia ser considerado politicamente sofisticado sem necessariamente apresentar adesão a um sistema de crenças ideológico. (KUKLINSKIN, QUIRK, 2002, p. 291). Assim, entende-se que conceituação política e adesão ideológica são elementos distintos, sendo que o primeiro seria a melhor forma de se mensurar o nível de entendimento que o cidadão possui da política.

Russell Neuman (1981) ainda trata de evidenciar que o comportamento ideológico poderia ser observado tanto em eleitores politicamente sofisticados como naqueles com baixos níveis de sofisticação política. Ele ressalta que atitudes orientadas ideologicamente poderiam ser resultado tanto de processos de reflexão informados sobre vários assuntos da política, quanto a partir de processos acríticos de posicionamento ideológico, baseado em repetição de clichês sobre vários assuntos políticos (NEUMAN, 1981, p. 1239).

Este indício suscitado por Neuman (1981) sugere que o nível de sofisticação política não determinaria diretamente posições ou orientações ideológicas, mas indicaria como estas

posições ideológicas são formadas, além da própria estruturação destas orientações ideológica. Neste sentido, a sofisticação política funcionaria como um condicionante de outros fatores na definição de preferências e orientações políticas, como observou Sniderman (1991) na “teoria da interação da sofisticação política”. Neste trabalho, Sniderman considera que a sofisticação política funcionaria como um fator interveniente que condicionasse força e a estabilidade a outros fatores que, diretamente, influenciam a definição de preferências e opiniões políticas (Sniderman *et. alii* 1991, p. 20).

Assim podemos considerar que o entendimento sobre a sofisticação política remonta à noção de que existem diferentes níveis de compreensão e domínio dos assuntos políticos (NEUMAN, 1981; LUSKIN, 1987). E que tais domínios e compreensões sobre o universo político se apresentam em duas dimensões: a diferenciação e a integração conceitual (NEUMAN, 1981, p.1237). A diferenciação conceitual diz, fundamentalmente, da posse da informação política enquanto a integração conceitual refere-se à organização de ideias em construtos mais abstrato. Para mais, a formação destas capacidades de compreensão de assuntos políticos estaria ligada aos processos de socialização primário do indivíduo. Isso significa que a maior exposição a temas políticos e ao comportamento politizado, principalmente no ambiente familiar, favoreceria o surgimento de maiores capacidades de assimilação de estímulos políticos (PEREIRA, 2010). Além disso, haveria evidencia de que a sofisticação política não estaria diretamente associada à orientação ideológica (NEUMAN, 1981) e que funcionaria como uma variável interveniente, que condicionasse o efeito de outros fatores sobre a definição de preferências e orientações políticas. (SNIDERMAN, 1991).

1.4.1 Sofisticação Política e a Direção do Voto

Os estudos sobre sofisticação política do eleitor não indicam a princípio que haveria alguma relação entre o nível de conhecimento político e a direção do voto do eleitor. A maior parte destes estudos está mais interessada nos determinantes da sofisticação política (REIS, 1978; CASTRO, 1994), nas dinâmicas de aquisição de sofisticação (FUKS e PEREIRA, 2011), além da associação desta variável com atitudes políticas, emissão e estabilidade de opiniões (CONVERSE, 1964; ZALLER e FELDMAN, 1992, RENNÓ, 2007).

Mesmo não havendo razão, a princípio, para indicar uma relação entre a sofisticação política e a direção das preferências das pessoas parece que as últimas eleições presidências no Brasil suscitou um julgamento genérico sobre a relação entre um certo “elemento informacional” e a direção do voto do eleitor brasileiro.

A ideia em questão manifesta-se na crença de que parte do eleitorado, por possuírem baixos níveis de conhecimento sobre política, tenderia a votar em candidaturas específicas. Isso seria, mais precisamente, um juízo usual de que os eleitores menos informados tenderiam a votar em candidatos do Partido dos Trabalhadores - PT.

Esta ideia parece que ganhou maior força nos últimos anos, a partir da chegada do PT ao poder, com Lula, em 2003. E principalmente, após a implementação de programas sociais como o Fome Zero e o Bolsa Família. A identificação do eleitorado petista com alguns adjetivos que carregam esta ideia, no entanto, parece ter mais respaldo no senso comum que em investigações científicas relevantes. Nesse sentido, percebe-se que é comum atribuir aos eleitores de Lula, em 2006, e Dilma em 2010 e 2014, algumas características como “desinformados”, “alienados”, “despreparados para o voto” e “alheios ao processo político”, além de outras atribuições que constam de um elevado demérito ao eleitor como “pobres”, “bolsistas” e “dos rincões”.

Marcello Baquero (2011) numa interpretação de Gustavo Venturi (2007), sobre a reeleição de Lula em 2006, sugere que o sucesso nas urnas obtido pelo candidato petista estaria embasado em elementos de populismo assistencialista, associado à natureza dos programas sociais, além de alguns déficits dos eleitores que apoiaram Lula: alienados (déficit político), desinformados (déficit cognitivo), anestesiados (déficit motivacional), cínicos ou coniventes com a corrupção (déficit moral). Esta interpretação parece sustentar algumas destas ideias de associação de eleitores petistas aos menores níveis de informação e conhecimento sobre política (déficit político e cognitivo) (VENTURI, 2007 *apud*. BAQUERO, 2007).

Para exemplificar esta crença de que eleitores petistas seriam menos sofisticados que o restante do eleitorado destacamos, a seguir, uma entrevista² do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso aos jornalistas Josias de Souza e Mário Magalhães, do portal UOL, a respeito do resultado do primeiro turno das eleições presidenciais de 2014. Nesta entrevista, o ex-presidente resume algumas destas ideias presente no senso comum de parte do eleitorado brasileiro a respeito do nível de sofisticação do eleitorado que votou em Dilma, naquela ocasião. Vale ressaltar, no entanto, que FHC não usa o conceito de sofisticação política em suas afirmações, além de analisar especificamente o pleito de 2014. No entanto, podemos considerar que este entendimento remete, pelo menos ao pleito de 2006, com a reeleição de Lula, como vimos acima. Ademais o que FHC se refere a “mais informado” ou “menos informado” parece

² Disponível em: <<http://eleicoes.uol.com.br/2014/noticias/2014/10/06/fhc-pt-cresceu-nos-grotoes-porque-tem-voto-dos-pobres-menos-informados.htm>>. Último acesso em 22/06/2015.

ter alguma correspondência com o conceito de sofisticação política, pela dimensão da diferenciação conceitual.

Nesta entrevista, quando perguntado sobre a alteração geoespacial e socioeconômica das bases eleitorais do PT nas últimas três eleições - que deixaram de se concentrar em estratos sociais médios e geograficamente no sudeste (principalmente SP) e passaram a se situar em estados no Norte e Nordeste, e fundamentalmente entre os mais pobres - o ex-presidente apresenta sua interpretação indicando que não seria o elemento da posição social do indivíduo que indicaria a chance de voto no PT, e sim o elemento informacional, ou seja, aqueles eleitores menos informados tenderiam a votar mais nos candidatos petistas.

Em sua análise sobre os índices de votação recebidos pelos candidatos no primeiro turno presidencial de 2014, e sua distribuição geoespacial e socioeconômica, o ex-presidente afirma que "o PT está fincado nos menos informados, que coincide de ser os mais pobres. Mas, não é porque são pobres que apoiam o PT, é porque são menos informados". E continua seu argumento, sobre a migração geoespacial do apoio ao PT, afirmando que "essa caminhada do PT dos centros urbanos industriais para os grotões é um sinal preocupante do ponto de vista do PT porque é um sinal de 'perda de seiva'. Ele [o PT] está apoiado em setores da sociedade que são, sobretudo, menos informados". FHC destaca, no entanto, que suas afirmações são apenas constatações da realidade e não refletem nenhuma qualificação deste eleitor petista, e o que ocorre geralmente e que há uma coincidência entre os mais pobres e os menos informados.

Vale ressaltar aqui, que FHC não faz referência a questão da qualidade do voto deste eleitor menos informado, ou seja o ex-presidente não faz indicações de que estes votos menos sofisticados retrataria uma inabilidade para votar ou uma baixa competência para o voto. Pelo contrário, ele indica a importância deste eleitorado e destaca que "se há uma falha no PSDB é que ele perdeu sua capacidade de conversar com os eleitores menos informados, que fazem parte do país e votam".

Em resumo, há de se constatar que esta ideia de que eleitores menos sofisticados tenderiam a votar mais no PT está presente no imaginário de parte do eleitorado brasileiro, e já foi suscitada em estudos como mostra Baquero (2007). Este entendimento supõe uma questão objetiva sobre a associação destes níveis de sofisticação política e os resultados eleitorais do período recente no Brasil, ou seja, o nível de sofisticação política do eleitor indicaria a direção do seu voto? Ou ainda mais precisamente, o eleitor menos sofisticado politicamente tenderia a votar mais em candidatos do PT?

Esta monografia pretende analisar se há, portanto, alguma associação entre o nível de sofisticação política do eleitor e o voto em Dilma Rousseff no segundo turno das eleições

presidenciais de 2010. Precisamente, ao final do trabalho tentaremos responder a seguinte pergunta: Os eleitores menos sofisticados politicamente tendem a votar mais em Dilma, nas eleições presidenciais de 2010?

A hipótese inicial do trabalho é que a sofisticação política não seria um determinante da direção do voto, como sugere a literatura sobre sofisticação. Frederico Batista Pereira indica que “não há razão para supor que a sofisticação política explique a direção das preferências das pessoas” (PEREIRA, 2010 p. 302). Portanto, não seria um ‘elemento informacional’ que indicaria maiores ou menores chances de voto em Dilma, como afirma Fernando Henrique Cardoso.

Ademais, temos uma extensa literatura que até hoje não registrou de que tal relação seria observada no eleitorado brasileiro, sendo que outros fatores como partidarismo, ideologia, elementos econômicos e até algumas clivagens sociais indicariam melhor a direção do voto.

Na próxima seção apresentarei algumas das principais contribuições sobre o comportamento eleitoral no Brasil, que juntamente com a literatura mobilizada sobre a sofisticação política, norteará a análise empírica dos próximos capítulos.

1.5 O Comportamento Eleitoral no Brasil

As três interpretações do comportamento do eleitor, apresentadas na seção 1 – *Abordagens Clássicas do Comportamento Eleitoral*, sedimentaram os principais conceitos e formas de compreensão sobre o tema. Como vimos, no entanto, não há concordância entre estas abordagens sobre os fatores determinantes do comportamento eleitoral. Estas diferenças também são observadas na literatura nacional com trabalhos claramente situados dentro de uma das três vertentes interpretativas do comportamento eleitoral. Tais estudos introduziram convenientes aprimoramentos e adaptações ao caso brasileiro. Ademais alguns destes trabalhos buscaram a complementariedade entre as abordagens clássicas para apresentarem suas explicações para o comportamento eleitoral. Veremos a seguir estas contribuições e achados próprios do caso brasileiro.

1.5.1 Elementos Macrossociológicos

Os primeiros estudos do comportamento eleitoral, no contexto brasileiro, datam do início da década de 1950 e a maioria destaca elementos macrossociológicos para indicar a forma como o eleitor decide seu voto. Desta série de estudos, pode-se evidenciar o trabalho inaugural

de Aziz Simão, “O voto operário em São Paulo” (1955), que buscou explicar, entre outras coisas, a direção do voto a partir da ocupação do eleitor. Neste trabalho, Simão demonstrou haver correlação positiva entre o percentual de eleitores operários de uma certa região e os votos recebidos pelos partidos PCB e PTB naqueles locais.

Posteriormente, outros trabalhos seguiram apresentando interpretações do comportamento eleitoral com base em fatores socioeconômicos globais como grau de industrialização e o processo mais amplo de urbanização (REIS, 1978; KINZO, 1988). Estes estudos usaram indicadores como renda, infraestrutura urbana, local de moradia (rural x urbano) e ocupação no mercado de trabalho como fatores explicativos da direção do voto (CASTRO, 1994, p. 63 - 72).

A relevância do contexto socioeconômico do eleitor também foi evidenciada por Fábio Wanderley Reis, em “Os partidos e o regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro” (1978). O modelo apresentado por Reis ressaltou a importância de uma maior ou menor ‘centralidade’ no sistema político para explicação do comportamento eleitoral. Este conceito de centralidade seria definido a partir da posição do indivíduo ante o sistema político, sendo que a participação mais intensa dos eleitores se daria quanto mais próximos eles estivessem do centro do sistema. Tal conceito seria conformado por uma dimensão horizontal, que retrataria a posição geográfica do indivíduo (urbano x rural) e por uma dimensão vertical, ou seja, a posição socioeconômica do indivíduo na estrutura social. A consideração destas duas dimensões conjuntamente apontaria para contextos mais ou menos favoráveis à manifestação de “consciência de classe”, que retrataria a capacidade dos eleitores de associarem seus próprios interesses e os diversos eventos políticos. Neste modelo de consciência de classe a participação também seria mais intensa quando os eleitores possuísem esta capacidade de posicionamento de seus interesses frente aos eventos políticos (REIS, 1978 p. 296-305).

Castro (1994) aponta a relevância de atributos de idade, renda, escolaridade, ocupação, na formação da sofisticação política dos eleitores e também para explicação do voto. Neste trabalho, a autora propõe uma explicação para o comportamento do eleitor brasileiro baseada numa integração teórica que compreende elementos sociológicos estruturais e características políticas micro do eleitor.

Em resumo, estes trabalhos demonstram a importância dos fatores da estrutura socioeconômica na formação de preferências políticas e definição do voto, bem como na conformação de ambientes mais ou menos favoráveis ao desenvolvimento de capacidades de apreensão de estímulos políticos.

1.5.2 Elementos Partidários e Ideológicos

A identificação partidária como elemento condicionante do comportamento eleitoral também foi introduzida nos estudos nacionais, evidentemente adaptada ao contexto brasileiro. São relevantes contribuições que estudam os efeitos das preferências partidárias sobre a definição do voto, além da própria composição do sistema partidário-eleitoral brasileiro. (SAMUELS, 2004; CARREIRÃO e KINZO, 2004; BAQUERO e GONZALEZ, 2011).

No geral, estes estudos evidenciam que a declaração de preferência partidária indicaria uma maior probabilidade de voto no candidato deste partido preferido. No entanto, esta compreensão deveria ser relativizada pela constatação de um baixo nível de identificação partidária entre os eleitores brasileiro. Nesse sentido, Baquero e Gonzalez (2011) indicam que apenas três partidos seriam destacados quanto ao nível de preferência do eleitorado, o PSDB, o PMDB e o PT. Sendo que este último representaria a sigla com maior apoio entre os eleitores.

David Samuels (2004) cuidou de apresentar um estudo sobre o sistema partidário-eleitoral brasileiro no qual ressaltava a formação singular do Partido dos Trabalhadores – PT, a grande preferência do eleitorado pelo partido, além da indicação de associação da imagem do partido à simpatia pela pessoa de Lula. Este mesmo autor apontou, em estudo posterior, que o apoio ao Partido dos Trabalhadores havia migrado de sua região de origem, São Paulo, para estados do Nordeste e Norte do país, principalmente após a chegada à Presidência da República, em 2003, com Lula. (SAMUELS, 2008).

A proposta de Carreirão e Kinzo (2004) ressalta elementos de preferência e rejeição partidária que impactam a decisão e manifestação do voto. Com base em um estudo sobre a preferência partidária no período pós-redemocratização os autores defendem que estas medidas dos sentimentos partidários dos brasileiros devem ser incluídas em análise sobre o comportamento eleitoral no Brasil pois seriam próprias do jogo político-eleitoral e indicariam percepções e atitudes dos eleitores em relação a outros objetos políticos (CARREIRÃO e KINZO, 2004, p. 123).

Temos, ainda, alguns trabalhos que se empenham para explicar como o eleitor se localiza diante das posições ideológicas, ou seja, se o eleitor se situa “à direita” ou “à esquerda” no que se refere ao posicionamento ideológico. E ainda, como este autopoicionamento ideológico influenciaria a direção do voto destes eleitores. A interpretação deste fator seria similar àquela da identificação partidária. Isso significa que eleitores que se posicionam à esquerda no espectro ideológico tenderiam a votar em candidatos também de esquerda, e o mesmo ocorreria com eleitores de direita e os candidatos de direita.

Como contribuição teórica que tenta explicar como este elemento ideológico se manifestaria no contexto brasileiro temos o trabalho de André Singer, intitulado “Esquerda e Direita no eleitorado Brasileiro” (2002). Neste trabalho o autor enuncia que o eleitorado teria capacidade de identificar estes ‘lados’ ideológicos e se posicionarem diante dele. Além disso, uma parte dos eleitores teria sentimentos substantivos em relação a estes rótulos ideológicos. Por fim, Singer indica que o autopoicionamento ideológico influenciaria a probabilidade de voto em candidatos de mesma posição ideológicas (SINGER, 2002, pag. 16 - 17).

Estas interpretações próprias do caso brasileiro trazem relevantes contribuições para o entendimento do comportamento do eleitor. Elas ressaltam basicamente a importância dos elementos de identificação partidária e ideológica e como estes fatores influenciariam a formação de preferências políticas e mais precisamente a orientação do voto.

1.5.3 Elementos Econômicos

Os estudos do comportamento eleitoral brasileiro que destacam elementos econômicos para explicação da direção do voto dos eleitores estão amplamente apoiados pela literatura internacional, estabelecida sob a premissa da racionalidade do eleitor (DOWNS, 1957).

Rubens Figueiredo (2003) elaborou uma interpretação do comportamento eleitoral baseado em premissas da Escola Racional e destacou a avaliação de governo no final de mandato como elemento explicativo do voto. Em “*2002: uma eleição fenomenal*” (2003) o autor mostrou que as chances de um governo se manter no poder estaria associada às suas taxas de aprovação, indicadas por pesquisas de opinião pública. Para exemplificar seu argumento o autor destaca quatro pleitos (1989, 1994, 1998 e 2002) e indica a influência desta avaliação de governo sobre as chances de eleição e reeleição dos candidatos governistas. Ele destaca que o baixo nível de aprovação do governo Sarney, em 1989, teria dificultado a eleição do candidato de seu partido. Para os pleitos de 1994 e 1998 o autor resalta a grande aprovação do governo, associada às políticas de estabilização macroeconômica, que influenciaram positivamente na eleição e reeleição de Fernando Henrique Cardoso. Já para o pleito de 2002 o autor evidencia que FHC “não tinha as mesmas taxas de aprovação que possuía em 1998, ou que Itamar Franco apresentava em 1994” o que teria facilitado a alternância de poder, com a eleição de Lula. (FIGUEIREDO, 2003, p. 66).

Além desta interpretação de Figueiredo sobre a influência das avaliações de governo no comportamento eleitoral dos brasileiros, outros estudos destacaram fatores econômicos mais específicos que impactariam a decisão do voto. O trabalho de Lício, Rennó e Castro (2009)

buscou uma associação entre ser beneficiário do Programa Bolsa Família - PBF e a decisão de voto nas eleições presidenciais de 2006. Também se analisou a relação entre ser beneficiário do PBF e a avaliação pessoal e de governo do Presidente Lula. Estes autores constataram que “os beneficiários do PBF tendiam a votar mais em Lula, além de avaliar o governo federal e o trabalho do Presidente de uma forma mais positiva do que os não beneficiários.” (LÍCIO, RENNÓ e CASTRO, 2009, p.48).

Estas interpretações se valem de argumentos da racionalidade do eleitor para explicar esta maior probabilidade de voto em Lula. Isso significa que estes eleitores que avaliavam positivamente o governo ou que são beneficiários do PBF perceberiam algumas mudanças positivas no estado da economia o que estimularia a emissão de uma melhor avaliação do governo, além de aumentar as chances de votar em Lula, como recompensa por um bom governo.

Esta mesma interpretação parece conduzir o estudo “*As bases do Lulismo*” (2010) de Lúcio Rennó e Andréa Cabello. Neste trabalho, os autores atribuem uma grande importância ao ‘voto de recompensa’ indicando que a identificação com Lula, para o pleito de 2006, estaria associada à percepção de boa condução do governo, sobretudo no que diz respeito aos resultados econômicos. Estes autores afirmam que o fenômeno do “lulismo” estaria associado a aspectos econômicos e não aos elementos ideológicos, como sugere Singer (2009). Os autores indicam que estes eleitores lulistas, que aderiram a sua candidatura apenas em 2006, estariam “orientados pela boa governança e dispostos a premiar o governo que tiver bom desempenho”. (RENNÓ e CABELLO, 2010, p. 52)

Estes estudos nacionais que abordam a influência de aspectos econômicos sobre a definição de preferências eleitorais reforçam a ideia de que mesmo sem utilizar referências partidárias ou ideológicas para tomada de decisão, os eleitores brasileiros conseguiriam desempenhar a tarefa de punir ou premiar determinado governo, a partir de seu desempenho econômico. Em resumo, esta abordagem do voto economicamente orientado se dedica a mostrar como diversos aspectos da condução econômica de um país são levados em consideração pelo eleitor para sua escolha eleitoral.

1.6 Considerações sobre o comportamento eleitoral no Brasil

Os estudos apresentados até aqui, apesar da grande relevância teórica e das muitas evidências empíricas expostas, compreendem apenas uma parcela do volumoso e rico debate acerca do comportamento do eleitor brasileiro. Estes trabalhos permitem, no entanto, a

identificação de alguns padrões e fatores específicos que compõe explicações sobre como os eleitores tomam sua decisão de voto.

Em primeiro lugar, temos os estudos nacionais que ressaltam a importância de elementos da posição socioeconômica do eleitor na formação de preferências políticas e na definição do voto. (REIS, 1978; KINZO, 1988; CASTRO, 1994). Estes trabalhos apresentam fundamentalmente a ideia de que a posição do indivíduo na estrutura social, e o pertencimento a determinados grupos sociais, “implicam determinados interesses e experiências de vida que se manifestam no apoio a candidatos e partidos diferentes” (CASTRO, 1994 p. 68).

Em seguida, apresentam-se os trabalhos que ressaltam como os elementos de afinidade ideológica ou partidária influenciariam diretamente o comportamento de parte do eleitorado brasileiro. (SAMUELS, 2004; CARREIRÃO e KINZO, 2004; BAQUERO e GONZALEZ, 2011). Estes estudos argumentam, de maneira geral, que a declaração de preferência partidária ou afinidade ideológica aumentaria as chances de voto em candidatos de posições ideológicas e partidárias coincidentes.

Finalmente, temos os estudos que se encaixam na perspectiva da escola racional (FIGUEREDO, 2003; LÍCIO, RENNÓ e CASTRO, 2009; RENNÓ e CABELLO 2010). Estes trabalhos destacam basicamente o meio pelo qual os eleitores fazem sentido da política ao considerarem diversos aspectos da condução econômica para fazerem suas escolhas eleitorais. A avaliação de final de mandato (percepção de boa condução do governo/economia), além do pertencimento ao Programa Bolsa Família - PBF são variáveis ressaltadas para indicar como os eleitores percebem alterações no estado da economia e então são influenciados na decisão do voto.

As abordagens expostas neste capítulo indicam diversos fatores condicionantes do comportamento eleitoral brasileiro que estariam ligados a elementos da posição na estrutura social e aos grupos em que os eleitores estariam inseridos, a afinidades partidárias e ideológicas, além de percepções sobre o estado da economia. Estes trabalhos, no entanto, não indicam um consenso sobre quais elementos explicativos devem ser destacados, e como eles se combinariam para determinar como o eleitor toma sua decisão eleitoral.

A proposta de Castro (1994), no entanto, sugere uma integração entre as diversas vertentes explicativas do comportamento eleitoral para se construir uma teoria que realmente expresse os motivos que levam os eleitores a definirem seus votos. Em seu trabalho, a autora buscou interpretar as variações no comportamento eleitoral brasileiro a partir da combinação de elementos explicativos de nível macroestrutural, como atributos demográficos e

socioeconômicos com características políticas micro dos indivíduos (preferências partidárias e diferentes graus de sofisticação política).

O presente trabalho se posiciona no mesmo sentido do estudo de Castro (1994), que ressalta a complementariedade entre as vertentes explicativas do comportamento eleitoral. Assim, as análises empíricas seguintes serão realizadas a partir das considerações das três abordagens teóricas do comportamento eleitoral e da pergunta de interesse primeiro desta monografia, ou seja a questão da sofisticação política do eleitor e sua possível influência sobre a direção do voto.

No próximo capítulo apresentarei uma breve descrição das eleições presidenciais de 2010 e o seu contexto, além de algumas análises descritivas do banco de dados ESEB 2010, que servirá de base também para a construção dos modelos de regressão do capítulo 3.

2. SOFISTICAÇÃO E VOTO EM DILMA ROUSSEFF

Neste capítulo será apresentada uma breve descrição do formato das eleições e dos fatos mais relevante no contexto do pleito de 2010. E em seguida indicamos algumas análises descritivas para a associação entre a sofisticação política e o voto em Dilma. Como os resultados iniciais para estes testes não são expressivos nem significativos passamos a buscar os reais motivos para o voto em Dilma em 2010, antes de um último teste que será discutido no capítulo 3.

2.1 A Eleição de Dilma Rousseff

As regras que definem a realização de eleições no Brasil estão contidas na Constituição Federal de 1988 que estabelece, para a escolha do Presidente da República, eleições diretas, com voto majoritário e possível realização de segundo turno no caso de nenhum dos candidatos atingir a maioria absoluta dos votos em primeiro turno. Além disso, constituiu-se um tribunal exclusivo para a condução de todas as eleições, o Tribunal Superior Eleitoral - TSE, sujeito ao Poder Judiciário.

As eleições presidenciais de 2010 foram realizadas em dois turnos já que nenhum dos dois candidatos mais bem votados no primeiro turno conseguiu somar mais da metade dos votos válidos. Dilma Rousseff, candidata pelo PT, somou 47.651.434 votos, ou 46,91% dos votos válidos. Já o candidato do PSDB, José Serra, recebeu ao todo 33.132.283 votos ou 32,61% dos

votos válidos. Assim passaram a candidata petista e o tucano para o segundo turno das eleições presidenciais de 2010.

Vale lembrar que esta polarização entre candidaturas petistas e tucanas é observada nas disputas eleitorais para presidente, pelo menos desde 1994. O PSDB, com Fernando Henrique Cardoso – FHC, obteve maior sucesso nos pleitos de 1994³ e 1998⁴, inclusive elegendo seu candidato no primeiro turno, em ambas as eleições. O PT, por sua vez, elegeu e reelegeu Lula no segundo turno, também em disputas diretas com tucanos. Em 2002⁵ a concorrência foi contra José Serra e em 2006⁶ contra Geraldo Alckmin.

Em 2010, a eleição presidencial apresentou algumas peculiaridades dentre as quais vale destacar a eleição da primeira mulher presidente do Brasil. Além disso, está é a primeira vez que um mesmo partido conquista o terceiro mandato seguido, após o reestabelecimento do regime democrático em 1988, e a primeira vez que Lula, então presidente, não é o candidato petista à presidência.

Para mais, é de se lembrar que a então candidata Dilma Rousseff não havia disputado nenhum cargo eletivo, até as eleições de 2010. Seu currículo extenso na administração pública sempre esteve ligado a indicações para cargos de chefia em Secretarias⁷ e Ministérios⁸. Sua inexperiência nas urnas, no entanto, não foi empecilho para sua eleição.

Tabela 01
Resultado da eleição 2010 para presidente do Brasil - Segundo Turno

Candidato (a)	Percentual	Votos válidos (Números absolutos)
Dilma (PT)	56,05	55.752.529 votos
José Serra (PSDB)	43,95	43.711.388 votos
Total de votos válidos	93,30	99.463.917 votos
Voto Nulo	4,40	4.676.843 votos
Voto em Branco	2,30	2.449.034 votos
Total	100,00	106.606.214 votos

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Elaborado pelo autor.

³ FHC obteve 54,28% dos votos já no primeiro turno. Lula ficou em segundo lugar com 27,04% dos votos válidos.

⁴ FHC se reelege com 53,06% e Lula fica com 31,71%, em segundo lugar novamente.

⁵ Lula 61,27% e Serra 38,72% dos votos válidos.

⁶ Lula 60,83% e Alckmin 39,17% dos votos válidos.

⁷ Secretária Municipal de Fazenda de Porto Alegre (Governo de Alceu Collares) / Secretária de Minas, Energia e Comunicações do Estado do Rio Grande do Sul (Governo de Alceu Collares e Olívio Dutra).

⁸ Ministra de Minas e Energia e Ministra Chefe da Casa Civil (nos Governos Lula).

2.2 Sofisticação e voto em Dilma

Esta seção apresentará uma análise descritiva do banco de dados ESEB 2010, para as variáveis de sofisticação política e voto em Dilma. Aqui se pretende indicar algumas evidências para tentar responder nossa questão inicial, ou seja, se os eleitores com menor nível de sofisticação política votariam mais em Dilma Rousseff?

Esta investigação sobre a associação entre sofisticação política e voto em Dilma será retomada no capítulo seguinte numa análise de regressão logística. Por enquanto, basta a interpretação de contingências e dos testes de correlação e chi-quadrado entre estas variáveis.

Para a construção da variável Voto em Dilma, decidiu-se por um formato binário, no qual foram agrupados os votos que não foram para a candidata Dilma em “Voto não Dilma”.

Tabela 02
Distribuição de votos do banco de dados ESEB 2010 - Segundo Turno

Candidato (a)	Percentual	Frequência (Números de respostas)
Dilma (PT)	57,41	1.062
José Serra (PSDB)	36,59	677
Anulou o voto	2,76	51
Voto em Branco	2,22	41
NS/Não lembra	0,16	3
NR	0,86	16
Total	100	1850

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Elaborado pelo autor.

A sofisticação política será medida por um indicador de conhecimento político construído a partir de quatro questões factuais sobre o universo político. Após a soma do número de acertos nas questões classificou-se os eleitores em três níveis de sofisticação. O cruzamento desta variável com o voto, bem como o teste de correlação de Pearson são expressos abaixo:

Tabela 03
Cruzamento entre variáveis de sofisticação política e voto em Dilma 2010.

Voto em Dilma	Nível de sofisticação			Total
	BAIXO	MÉDIO	ALTO	
Não votou Dilma	42,36% (61)	45,30% (337)	40,54% (390)	42,59% (788)
Votou Dilma	57,64% (83)	54,70% (407)	59,46% (572)	57,41% (1062)
Total	100,0% (144)	100,0% (744)	100,0% (962)	100,0% (1850)

Fonte: Banco de Dados ESEB 2010.
 Elaborado pelo autor.

A tabela 03 mostra as frequências e o percentual correspondente à cada categoria para o cruzamento entre voto Dilma / voto não Dilma e os três níveis de sofisticação do eleitor. Ao comparar os percentuais em cada um dos níveis e o resultado final agregado percebe-se pouca diferença. Sendo que o nível mais baixo de sofisticação apresentou percentual muito próximo da média. O percentual de voto em Dilma no nível médio de sofisticação ficou ligeiramente menor e no nível Alto ficou ligeiramente maior que o resultado agregado, para voto em Dilma.

O teste chi-quadrado que nos permite avaliar a associação entre variáveis por meio da comparação de proporções (frequências) e indicação de diferenças significantes entre elas pode ser observado no Apêndice 1.1. O grau de associação encontrado no teste é muito baixo e ainda sem significância estatística.

O teste de correlação entre as variáveis voto em Dilma e Sofisticação, abaixo, mostra o resultado da associação entre estas variáveis e o resultado reforça o que vimos acima, ou seja, não podemos indicar, a princípio, que haja uma associação entre estas variáveis.

Tabela 02
Coefficiente de correlação (r) entre voto em Dilma e Sofisticação –
Segundo Turno 2010

VARIÁVEL		VOTO DILMA - Eleição 2010
SOFISTICAÇÃO	Pearson Correlativo	0,0335
	Sig.	0,1501
	N	1850

Fonte: Banco de Dados ESEB 2010.
 Elaborado pelo autor.

Resta ainda um último teste a ser realizado entre as variáveis de sofisticação e voto em Dilma, no entanto, como foi mostrado acima, não devemos esperar que este teste apresente algum resultado expressivo.

Antes disso, como já temos evidências que a sofisticação política não seria um bom indicador para a direção do voto, resta apresentar alguns testes com outras variáveis indicadas pela literatura como possíveis condicionantes do voto. A seleção destas variáveis seguirá a literatura nacional constante na seção 1.4. *O Comportamento Eleitoral no Brasil*. Estas variáveis estão descritas detalhadamente na seção 3.1 – *Metodologia* e são elas: Escolaridade, Renda Familiar, Cor, Sexo, Zona de residência, Região de Brasil, Idade, Avaliação de Governo, Identificação Partidária, Identificação Ideológica, e pertencimento ao Programa Bolsa Família.

2.3 Voto em Dilma

Nesta seção analisarei os mesmos testes feitos acima para o cruzamento entre sofisticação política e voto em Dilma. No entanto, usarei as variáveis frequentemente destacadas na literatura como explicativas do comportamento eleitoral. Primeiro apresentarei uma tabela com a distribuição percentual dos indivíduos por faixa das categorias das variáveis selecionadas. Nesta tabela mostro também o percentual de votantes em Dilma, em cada uma das categorias. Em seguida apresento os testes de correlação entre as variáveis selecionadas e voto em Dilma.

Estes testes têm como objetivo indicar, preliminarmente, quais destas variáveis destacadas pela literatura influenciariam de forma mais intensa a direção do voto, ou mais precisamente, quais variáveis teriam uma forte associação com o voto em Dilma.

A Tabela 05 abaixo nos mostra os primeiros resultados, que serão complementados com testes de chi-quadrado, para indicar a possível associação entre as variáveis.

Vemos então que a variável sexo mostra pequena diferença no percentual de homens e mulheres assim como a diferença no percentual de votantes em Dilma nestas categorias. O teste de chi-quadrado no Apêndice 2.1 revela que a associação entre sexo e voto em Dilma é fraca e não significativa ($p = 0,431$).

Quanto a escolaridade observamos que as faixas de maiores anos de estudo apresentam menor percentual para o sucesso na variável voto em Dilma. O teste de chi-quadrado, no Apêndice 3.1, mostra uma associação não muito forte entre as variáveis, porém significativa ($p = 0,002$).

Em seguida, temos que a variável Zona de residência apresenta um maior percentual de sucesso para voto em Dilma entre os residentes de áreas rurais. No Apêndice 4.1 temos o teste de chi-quadrado que mostra a associação entre as variáveis zona e voto em Dilma e o resultado também não é muito forte, porém é significativo ($p = 0,008$)

A Cor apresentou alguma diferença nos percentuais de sucesso na variável voto em Dilma, entre as categorias, sendo que os Brancos apareceram com percentual de votantes em Dilma abaixo da média. O teste de chi-quadrado, no Apêndice 5.1, revela uma associação forte e significativa entre cor e voto em Dilma.

Renda Familiar mostra uma queda no percentual de sucesso na variável voto em Dilma, quando se aumenta as faixas de renda, exceto para a faixa mais alta (15 s.m. ou mais). A associação pelo teste de chi-quadrado, no Apêndice 6.1, não é muito forte, porém significativa ($p = 0,002$).

Quanto a variável idade não observou-se muita diferença nos percentuais de votantes em Dilma, entre as categorias. O teste de chi-quadrado mostrou uma associação muito fraca e sem significância entre as variáveis idade e voto Dilma, Apêndice 7.1.

Na análise da variável Região percebe-se que no Nordeste é onde temos o maior percentual de sucesso para a variável voto em Dilma, enquanto no Sudeste e Norte não houve muita discrepância da média nacional, e as regiões Sul e Centro-Oeste apareceram com percentuais ligeiramente mais baixos que a média. O teste de chi-quadrado mostra uma associação forte entre as variáveis Região e voto em Dilma, também significativo ($p = 0,000$), Apêndice 8.1.

A avaliação do governo Lula também foi analisada e o resultado parece mais evidente. Os que avaliavam o governo positivamente apresentam percentual muito maior de sucesso na variável voto em Dilma, que os que não avaliavam o governo positivamente. O teste de chi-quadrado mostra uma associação forte entre avaliação de governo e voto em Dilma, também significativo ($p = 0,000$), Apêndice 9.1.

A preferência partidária, medida por identificação ou não com o Partido dos Trabalhadores – PT, também teve resultado notório. Os que se identificam com o PT apresentam um percentual muito maior de sucesso na variável voto em Dilma que os não identificados com o PT. O teste de chi-quadrado, no Apêndice 10.1, mostra uma associação forte e significativa para estas duas variáveis.

Uma variável de identificação ideológica também foi incluída na tabela de frequências e a partir da sua análise podemos perceber que os que se identificam com a esquerda apresentam um percentual bem maior de sucesso na variável voto em Dilma, que os sem

identificação ideológica, os de centro e de direita. No Apêndice 11.1 temos o teste de chi-quadrado que nos indica uma associação razoavelmente forte e significativa entre a identificação ideológica e o voto.

Finalmente, a variável de pertencimento ao Programa Bolsa Família mostra um maior percentual de sucesso na variável voto em Dilma entre os beneficiários. O teste de chi-quadrado, no Apêndice 12.1, indica uma associação forte e significativa entre pertencimento ao PBF e voto.

Tabela 05
Distribuição percentual dos indivíduos por categoria e percentual de sucesso da variável “voto na Dilma” pelas categorias das variáveis de interesse.

Variável	Categoria	Distribuição dos indivíduos (%)	Sucesso na variável “VOTO EM DILMA” (%)
SOFISTICAÇÃO	1º Nível	7,78	57,64
	2º Nível	40,20	54,70
	3º Nível	52,00	59,46
	Total	100,0	57,41
SEXO	Feminino	51,73	56,53
	Masculino	48,27	58,34
	Total	100,0	57,41
ESCOLARIDADE	Analfabeto até Primário incompleto	15,08	67,38
	Primário completo até Ginásio incompleto	28,07	61,39
	Ginásio completo até Colegial incompleto	18,86	52,44
	Colegial completo até Universitário incompleto	30,92	54,02
	Universitário completo até Pós-graduação (ou mais)	6,43	47,06
	Total	100,0	57,41
ZONA (REGIÃO CENSITÁRIA)	Rural	14,05	65,00
	Urbana	85,95	56,16
	Total	100,0	57,41
RAÇA/COR	Branços	42,95	48,44
	Não Brancos	57,05	64,22
	Total	100,0	57,41
FAIXA DE RENDA FAMILIAR	Até 1 sm	14,15	67,79
	De 1 a 2 sm	29,25	58,61
	De 2 a 5 sm	39,60	55,39
	De 5 a 10 sm	12,30	52,19
	De 10 a 15 sm	2,70	46,00
	Mais de 15 sm	2,00	52,63
	Total	100,0	57,41
IDADE	16 a 30 anos	32,07	56,46
	31 a 50 anos	39,97	59,43
	51 anos ou mais	27,96	55,56
	Total	100,0	57,41
REGIÃO	Norte	7,20	54,14
	Nordeste	27,00	69,35
	Sudeste	43,60	55,54
	Centro-Oeste	7,20	48,89
	Sul	15,00	46,59
	Total	100,0	57,59
AVALIAÇÃO DO GOVERNO LULA	Avaliação positiva	93,15	60,95
	Avaliação não positiva	6,85	10,08
	Total	100,0	57,41
PREFERÊNCIA PARTIDÁRIA	PT	27,65	89,40
	Nenhum/ outros partidos	72,35	44,93
	Total	100,0	57,41
IDENTIFICAÇÃO IDEOLÓGICA	Esquerda	12,65	74,25
	Centro	10,95	50,96
	Direita	31,60	52,03
	Sem identificação ideológica	44,80	58,14
	Total	100,0	57,41
PARTICIPA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	Não	83,75	55,16
	Sim	16,25	69,00
	Total	100,0	57,41

Fonte: Banco de Dados ESEB 2010. Elaborado pelo autor.

Para complementar ainda esta análise apresento a seguir os testes de correlação de Pearson para o cruzamento entre as variáveis discutidas acima e voto em Dilma. Esta estatística descritiva nos permite avaliar o grau de associação entre as variáveis além da direção – se positiva ou negativa – desta correlação.

Tabela 06
Coefficiente de correlação (r) entre voto em Dilma e variáveis socioeconômicas – Segundo Turno 2010

VARIÁVEL	Categoria ref.		VOTO DILMA
SEXO	Feminino	Pearson Correlation	-0,013
		Sig.	0,431
		N	1850
RAÇA/COR	Branco	Pearson Correlation	-0,015***
		Sig.	0,1683
		N	1850
ESCOLARIDADE	Analfabeto até Primário incompleto	Pearson Correlation	0,085***
		Sig.	0,000
		N	1850
	Primário completo até Ginásio incompleto	Pearson Correlation	0,051**
		Sig.	0,028
		N	1850
	Ginásio completo até Colegial incompleto	Pearson Correlation	-0,049**
		Sig.	0,037
		N	1850
	Colegial completo até Universitário incompleto	Pearson Correlation	-0,046**
		Sig.	0,049
		N	1850
	Universitário completo até Pós-graduação (ou mais)	Pearson Correlation	-0,055**
		Sig.	0,018
		N	1850
RENDA FAMILIAR	Até 1 s.m.	Pearson Correlation	0,086***
		Sig.	0,000
		N	1850
	De 1 a 2 s.m.	Pearson Correlation	0,015
		Sig.	0,503
		N	1850
	De 2 a 5 s.m.	Pearson Correlation	-0,033
		Sig.	0,156
		N	1850
	De 5 a 10 s.m.	Pearson Correlation	-0,039*
		Sig.	0,089
		N	1850
	De 10 a 15 s.m.	Pearson Correlation	-0,038*
		Sig.	0,098
		N	1850
	Mais de 15 s.m.	Pearson Correlation	-0,014
		Sig.	0,548
		N	1850
IDADE	De 16 a 30 anos	Pearson Correlation	-0,013
		Sig.	0,575
		N	1850
	De 31 a 50 anos	Pearson Correlation	0,034
		Sig.	0,150
		N	1850
	Acima de 51 anos	Pearson Correlation	-0,023
		Sig.	0,325
		N	1850

Fonte: Banco de Dados ESEB 2010. Elaborado pelo autor.

Tabela 05
Coeficiente de correlação (r) entre voto em Dilma e variáveis políticas e geográficas –
Segundo Turno 2010

VARIÁVEL	Categoria ref.		VOTO DILMA
AVALIAÇÃO DE GOVERNO	Positiva	Pearson Correlation	0,262***
		Sig.	0,000
		N	1850
PREFERÊNCIA PARTIDÁRIA	PT	Pearson Correlation	0,4041***
		Sig.	0,000
		N	1850
IDENTIFICAÇÃO IDEOLÓGICA	Esquerda	Pearson Correlation	0,129***
		Sig.	0,000
		N	1850
	Centro	Pearson Correlation	-0,047**
		Sig.	0,046
		N	1850
	Direita	Pearson Correlation	-0,075***
		Sig.	0,001
		N	1850
Sem identificação ideológica		Pearson Correlation	0,013
		Sig.	0,570
		N	1850
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	Beneficiário	Pearson Correlation	0,103***
		Sig.	0,000
		N	1850
REGIÃO DO BRASIL	Norte	Pearson Correlation	-0,018
		Sig.	0,429
		N	1850
	Nordeste	Pearson Correlation	0,149
		Sig.	0,000
		N	1850
	Sudeste	Pearson Correlation	-0,033
		Sig.	0,160
		N	1850
	Centro-Oeste	Pearson Correlation	-0,049**
		Sig.	0,038
		N	1850
	Sul	Pearson Correlation	-0,092***
		Sig.	0,000
		N	1850
ZONA	Urbana	Pearson Correlation	-0,062***
		Sig.	0,007
		N	1850

Fonte: Banco de Dados ESEB 2010. Elaborado pelo autor.

As Tabelas 06 e 07 indicam um resultado muito próximo do que observamos até agora. A interpretação do coeficiente de correlação entre as variáveis segue abaixo:

As variáveis Sexo e Idade não apresentaram coeficientes de correlação significativos, assim como nos testes de chi-quadrado. Para a Renda Familiar também não se observou coeficientes de correlação fortes e apenas na faixa mais alta (15 s.m. ou mais) temos alguma significância para a correlação com voto.

Escolaridade, Cor, Avaliação de Governo, Identificação Partidária, Identificação Ideológica, Pertencimento os PBF e Zona de residência mostraram correlações fortes e

significantes com o voto. E na variável Região apenas as categorias Nordeste, Sul e Centro-Oeste indicaram uma correlação significativa com a direção do voto.

Os testes realizados neste capítulo evidenciam que os elementos explicativos do voto usados recorrentemente nos trabalhos sobre comportamento eleitoral manifestam alguma associação com o voto para a eleição presidencial de 2010. Por outro lado, a sofisticação política não mostrou-se com forte associação com o voto, inclusive nenhum dos testes foi significativo.

Estes indícios serão recolocados no capítulo seguinte na análise de duas regressões logísticas para explicação de voto em Dilma. O primeiro modelo será elaborado apenas com uma variável explicativa, a sofisticação política, e o modelo seguinte constará das variáveis de grande relevância teoria ou que se mostraram associadas ao voto a partir das análises descritivas deste capítulo.

3. DETERMINANTES DO VOTO EM DILMA ROUSSEFF EM 2010

Neste capítulo apresentaremos análises complementares a fim de identificar os reais motivos para o voto em Dilma Rousseff em 2010. Em primeiro lugar descreveremos o formato das variáveis utilizadas em todas as análises do presente trabalho, bem como a indicação de justificativa teórica para a inclusão destas variáveis no modelo de regressão. Apresentamos ainda um modelo logístico para explicação de voto em Dilma apenas com a variável de sofisticação política como independente e outro modelo mais abrangente com variáveis indicadas pela literatura do comportamento eleitoral.

Indicamos, por fim, depois da análise dos resultados das regressões, uma breve conclusão com os achados do trabalho, bem com a resposta para nossa pergunta original e uma interpretação da hipótese.

3.1 Metodologia

Para a construção dos modelos de regressão logística utilizamos o banco de dados do Estudo Eleitoral Brasileiro – ESEB 2010, e tomamos a variável “Voto em Dilma” como dependente. Tal variável, é baseada na pergunta “*Em que candidato o senhor(a) votou no segundo turno das eleições de 2010?*” será categorizada como se segue. Eleitores que votaram em Dilma, 1; eleitores de Serra, ou que votaram nulo ou branco, NS/NR, 0. Foram excluídos das análises 150 casos sem indicação de qualquer resposta para esta pergunta.

As demais variáveis, independentes, são:

Identificação Partidária

A partir da pergunta sobre qual partido o eleitor gostava elaboramos a variável “Preferência pelo PT”, a qual foram atribuídos valores 1 para eleitores que disseram gostar do PT, e valor 0 para os que preferiam os demais partidos ou nenhum deles. A justificativa para a inclusão desta variável, além da forte correlação indicada no capítulo 2, pode ser destacada pelos trabalhos de Carreirão e Kinzo (2004) e Baquero e Gonzalez (2011).

Identificação Ideológica

A mensuração do elemento ideológico será feita a partir de uma pergunta sobre posicionamento ideológico, inicialmente constituída de resposta numa escala de 0 a 10, (com 0 sendo o máximo à esquerda e 10 o máximo à direita do espectro político esquerda-direita). Tal variável foi reconfigurada, a fim de aperfeiçoar a análise estatística, o que resultou em quatro categorias: “Identificação com esquerda”, “Identificação com centro”, “Identificação com direita” e “sem identificação ideológica”. Sua influência sobre o voto foi indicada no trabalho de Singer (2009), e a correlação com voto também foi significativa nos testes acima.

Avaliação do governo

O uso da variável “Avaliação de Governo” tornou-se bastante recorrente na literatura a partir do estudo de Rubens Figueiredo, 2003. Aqui a variável será construída a partir da pergunta: “*De uma maneira geral os últimos quatro anos do governo Lula foi: muito bom, bom, ruim, péssimo, n/s ou n/r?*”. Sendo que a categorização final será:

Avaliação positiva: muito bom e bom, 1; ruim, péssimo, n/s e n/r, 0.

Sofisticação Política

A mensuração da variável de sofisticação política é permeada por uma disputa própria de sua interpretação a partir de duas dimensões, como propõe Neuman (1981) - a diferenciação conceitual e a integração conceitual. Temos portanto os trabalhos que utilizam métodos

elaborados para identificação de padrões de conexão, organização e contraste entre ideias e aqueles que se limitam captação de informações factuais. Por um lado, alguns autores fazem uso de perguntas diretas sobre informações factuais sobre assuntos políticos, medida usual da dimensão da diferenciação conceitual, para designar o construto mais geral da sofisticação política. (Luskin, 1987; Delli Carpini e Keeter, 1996). Já outras interpretações lançam mão de entrevistas em profundidade e construções de medidas mais elaboradas da dimensão da integração conceitual, que paralela à diferenciação conceitual comporia a compreensão de sofisticação política (Neuman, 1981).

Neste trabalho, dada a impossibilidade de realização de entrevistas em profundidade, da disponibilidade de perguntas no banco de dados e a própria modesta elaboração do modelo que se pretende apresentar, optamos pela utilização de uma medida mais objetiva, a partir de perguntas sobre conhecimento factual sobre a política, para a indicação de diferentes níveis de sofisticação política do eleitor.

Elaboramos portanto uma medida de conhecimento político factual, a partir de quatro perguntas diretas sobre o universo político, as quais foram atribuídos valores 1 para cada resposta certa e 0 para os erros. Após a soma dos *scores* chegou-se a uma variável com três categorias, que tomaremos a partir de então como medida de sofisticação política. As perguntas utilizadas foram: “*Geraldo Alckmin é filiado ao PTB?*”; “*O presidente da república tem um mandato de 4 anos?*”; “*Os deputados da Câmara Federal são eleitos pelo voto majoritário?*”; “*O presidente Lula quando foi eleito era filiado ao PT?*”. As categorias foram definidas conforme o número de acertos e são: “Alta” (três ou quatro acertos), “Média” (dois acertos), “Baixa” (um ou nenhum acerto).

Escolaridade

Neste trabalho cuidamos de incluir uma medida de escolaridade, com base nos resultados dos testes descritivos, e conforme consta em diversos estudos do comportamento eleitoral (Carreirão, 2002 e Castro, 1994). A elaboração da variável seguiu a divisão adotada pelo IBGE, e compreende cinco faixas: “Analfabeto até Primário incompleto”; “Primário completo e Ginásial incompleto”; “Ginásial completo e Colegial incompleto”; “Colegial completo e Universitário incompleto”; “Universitário completo ou mais escolaridade”.

Nem todas das variáveis seguintes serão incluídas na análise de regressão logística. Optamos por seleccionar para o modelo apenas aquelas com correlação alta com o voto, como vimos nas Tabelas 06 e 07 acima. Mesmo assim, segue a descrição de todas elas:

Cor

Para tal variável decidimos agrupar as categorias “negros”, “pardos”, “amarelos”, “indígenas” e “n/r” sob o nome de “não brancos” contrapondo a categoria “brancos”. O formato final da variável é:

Branco 1, não branco 0.

Sexo

Feminino 1, masculino 0.

Zona de Residência

Urbana 1, rural 0.

Renda Familiar

Optamos por usar a variável renda familiar conforme disposta no banco de dados. A estratificação é feita a partir do número de salários mínimos⁹. São seis faixas: “Até 1 s.m.”; “De 1 a 2 s.m.”; “De 2 a 5 s.m.”; “De 5 a 10 s.m.”; “De 10 a 15 s.m.” e “Acima de 15 s.m.”. Indico ainda que 44 casos (2,2%) não responderam a renda familiar. Estes casos foram incluídos, de modo arbitrário, na faixa com maior percentual de respondentes, ou seja “De 2 a 5 s.m.” (37,35%).

Idade

Decidiu-se arbitrariamente por três faixas de idade: “16 a 30 anos”; “31 a 50 anos” e “mais de 51 anos”

⁹ Valor do salário mínimo em 2010, R\$ 510,00.

Região de Residência

A partir da indicação do estado do eleitor construímos uma variável com cinco categorias referente às cinco regiões do Brasil. Os possíveis efeitos geográficos sobre o comportamento do eleitor têm correspondência com o estudo de Terron e Soares (2010), mas também nos testes de correlação e chi-quadrado já vimos que esta variável poderia sim estar associada ao voto. As categorias são: Norte, Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e Sul.

Antes de apresentar os modelos estatísticos resta uma última informação metodológica que diz do programa estatístico utilizado para a geração dos modelos de regressão e dos demais testes desta monografia. Aqui utilizou-se o programa STATA – versão 12.

3.2 Resultados

A seguir apresentamos os resultados das regressões e analisamos os valores estimados, as significâncias bem como o ajuste dos modelos. As duas regressões são para voto em Dilma como dependente, sendo que o Modelo 1 tem apenas a sofisticação política como independente e no Modelo 2 são as explicativas: Sofisticação Política, Escolaridade, Zona de Residência, Cor, Renda Familiar, Região do Brasil, Avaliação de Governo, Identificação Partidária, Identificação Ideológica e Pertencimento ao Programa Bolsa Família.

Tabela 04
Regressões Logísticas Binárias para explicação de “voto em Dilma” por variáveis de interesse do banco de dados ESEB 2010.

Variável	Categoria	Modelo 1			Modelo 2		
		Odds Ratio (e.p.)	Sig.	%	Odds Ratio (e.p.)	Sig.	%
SOFISTICAÇÃO	(3 níveis)	1,0825 (0,062)	0,168	8,25	1,111 (0,075)	0,120	11,11
ESCOLARIDADE	Analfabeto até Primário incompleto	Referência					
	Primário completo até Ginásio incompleto				0,806 (0,143)	0,228	-19,40
	Ginásio completo até Colegial incompleto				0,560 (0,109)	0,003	-44,00
	Colegial completo até Universitário incompleto				0,633 (0,116)	0,013	-36,70
	Universitário completo Pós-graduação (ou mais)				0,499 (0,143)	0,016	-50,10
					0,790 (0,135)	0,170	-21,00
ZONA	Urbana				0,634 (0,075)	0,000	-36,60
RAÇA/COR	Branco						
FAIXA DE RENDA FAMILIAR	Até 1 sm	Referência					
	De 1 a 2 sm				0,813 (0,152)	0,271	-18,70
	De 2 a 5 sm				1,002 (0,192)	0,989	0,20
	De 5 a 10 sm				1,003 (0,254)	0,897	0,30
	De 10 a 15 sm				0,945 (0,359)	0,883	5,50
	Mais de 15 sm				1,047 (0,449)	0,914	4,70
REGIÃO	Sudeste	Referência					
	Norte				0,956 (0,205)	0,836	-4,40
	Nordeste				1,408 (0,207)	0,020	40,80
	Centro-Oeste				0,664 (0,141)	0,055	-33,6
	Sul				0,807 (0,137)	0,207	-19,30
AVALIAÇÃO DO GOVERNO LULA	Avaliação positiva				8,443 (2,605)	0,000	744,30
PREFERÊNCIA PARTIDÁRIA	PT				8,606 (1,365)	0,000	760,60
IDENTIFICAÇÃO IDEOLÓGICA	Sem Identificação	Referência					
	Esquerda				1,892 (0,380)	0,002	89,92
	Centro				0,906 (0,166)	0,590	-9,40
	Direita				0,636 (0,083)	0,001	-36,40
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	Beneficiário				1,238 (0,201)	0,188	23,80
CONSTANTE		1,1047 (0,167)	0,511	-	0,202 (0,084)	0,000	-
Número de Observações		1850			1850		
LR chi2		1,90			526,69		
Pseudo R2		0,008			0,2087		

Fonte: Banco de Dados ESEB 2010. Elaborado pelo autor.

A interpretação dos resultados das regressões logísticas da Tabela 08 se dará pelo componente de Razão de Chances – *odds ratio - Exp (B)* de cada variável explicativa, bem como pelo nível de significância estatística que expressa o nível de confiança dos resultados estimados.

No modelo 1, como suspeitávamos, a variável Sofisticação Política, uma medida de conhecimento geral sobre política, não mostrou-se significativa, inclusive ao nível de 10%, o que nos impede conclusões sobre as razões de chance estimadas para voto em Dilma. No modelo 2 o resultado estimado também não foi significativo, nem ao nível de 10%. Este resultado, juntamente com as análises descritivas no capítulo 2, demonstra claramente que a sofisticação não estaria influenciando a direção do voto nas eleições presidenciais de 2010.

Por outro lado, outras variáveis analisadas no modelo 2 mostraram-se importantes para a explicação do voto em Dilma. A escolaridade, com a faixa mais baixa como referência (Analfabetos até Primário Incompleto), apresentou o seguinte padrão: O aumento nas faixas de escolaridade diminui as chances de voto em Dilma, sendo que os mais escolarizados (Universitário completo/ pós graduado ou mais) apresentam 50% de chance a menos de votar em Dilma que a referência. Apenas o resultado da faixa (Primário completo até Ginásio incompleto) não foi significativo. Os demais apresentaram significância ao nível de 5%.

Os brancos revelam-se com 36% de chances a menos de voto em Dilma, que os não brancos. Resultados significante ao nível de 1%.

A variável Região, com a categoria Sudeste como referência, teve o seguinte resultado: A região Centro-Oeste apresentou resultado estimado significativo ao nível de 10% que indicava 33% de chances a menos de voto em Dilma que a referência. Já os eleitores do Nordeste revelam 40% de chances a mais de voto em Dilma que no Sudeste. As regiões Sul e Norte não apresentaram estimações significantes.

As variáveis Zona e Renda Familiar também não apresentaram estimações estimados significantes, nem ao nível de 10%, o que dificulta a indicação de influência destas variáveis sobre o voto em Dilma.

A Avaliação de Governo mostrou-se um bom indicador de voto em Dilma. Isto é, a indicação de avaliação positiva para o governo Lula aumenta em 744% as chances de voto em Dilma, comparado aos que não avaliaram positivamente o governo Lula. Resultado significativo ao nível de 1%.

A avaliação de governo só não tem um impacto maior que a Identificação Partidária, para explicar voto em Dilma. Os eleitores que se identificam com o PT apresentam 760% a

mais de chances de voto em Dilma, que os não se identificam com o partido. Resultado também significativo à 1%.

Além disso, pela variável Identificação Ideológica, vemos que identificar-se com a Esquerda aumenta em 89%, e com a Direita diminui em 36% as chances de voto em Dilma, quando comparados com os sem identificação ideológica. Ambos resultados significantes ao nível de 1%. Identificar-se com o Centro não apresenta estimação significativa.

Finalmente os eleitores Beneficiários do Programa Bolsa Família, quando comparados com não beneficiários, apresentaram ligeira chance a mais de voto em Dilma, no entanto este resultado estimado não é significativo, inclusive ao nível de 10%.

Quanto ao ajuste do modelo temos claramente que o Modelo 2 tem capacidade explicativa muito maior, para voto em Dilma, que o Modelo 1.

Estes resultados são suficientes para elaborarmos uma resposta a questão originária deste trabalho. Antes disso, no entanto, vale retomar alguns autores e suas proposições para o comportamento eleitoral brasileiro a fim de compararmos a base teórica e os resultados gerados nesta monografia.

Por ordem de ‘força explicativa’ para voto em Dilma temos a variável Identificação Partidária, que confirma a expectativa de maior chance de voto em Dilma entre os identificados com o PT. Esta variável remonta aos estudos clássicos da Escola Psicossociológica, mas especificamente para o contexto brasileiro também foi discutido e testado seu efeito sobre o voto (CARREIRÃO e KINZO, 2004; BAQUERO e GONZALEZ, 2011).

Em seguida temos a Avaliação de Governo que também teve forte influência sobre o voto em Dilma, no modelo proposto. Esta variável, utilizada por Figueiredo (2003), indica um tipo de voto de recompensa / voto de punição, que remete à ideia de racionalidade do eleitor proposta por Antony Downs (1957).

A Identificação Ideológica também confirmou expectativas da literatura (SINGER, 2002). Como era esperado, os eleitores que se identificam com a esquerda apresentam chances maiores de voto em Dilma, que seria a ‘candidata da esquerda’ na ocasião. Por outro lado, os eleitores que se identificam com a direita mostraram menores chances de voto em Dilma.

Quanto às variáveis do contexto, ou socioeconômicas temos que Cor, Região e Escolaridade apresentam algum impacto sobre o voto em Dilma. No entanto estas variáveis não possuem a força explicativa da Identificação Partidária, Ideológica ou a Avaliação de Governo. Mesmo assim, confirmam indicações da literatura sobre o efeito de variáveis socioeconômicas sobre o voto (REIS, 1978; CASTRO, 1994).

Por fim, a sofisticação política, conforme foi construída, não confirmou as expectativas incluídas com a entrevista de Fernando Henrique Cardoso. Pela visão do ex-presidente haveria uma maior chance de voto em Dilma entre “os menos informados”. A variável foi construída com base em perguntas factuais sobre o universo político, portanto uma medida de conhecimento político, e não indicou nenhum resultado significativo, em nenhum dos testes feitos para associação com voto em Dilma. Este resultado confirma, no entanto, indicações da literatura especializada que não suspeitava que a sofisticação política influenciaria as preferências dos eleitores diretamente (PEREIRA, 2010).

3.3 CONCLUSÃO

Este trabalho de monografia teve por objetivo estudar as possíveis relações entre a sofisticação política e o voto em Dilma Rousseff nas eleições presidenciais de 2010. O questionamento originário é suscitado pela interpretação de Fernando Henrique Cardoso sobre o eleitorado brasileiro e a relação entre o voto e o ‘nível de informação do eleitor’.

O argumento do ex-presidente sugere que os eleitores “menos informados” votariam mais em candidatos do PT. Ou seja, mesmo constatando-se uma coincidência entre renda e nível de informação (os mais pobres seriam também menos informados) o que distinguiria este eleitorado seria o nível informacional.

Vale ressaltar que esta argumentação parece ecoar na opinião de parte do eleitorado sendo que frequentemente é comum vermos adjetivações dos eleitores petistas como “menos informados”, “despreparados para o voto”, “alheios ao processo político”.

Portanto, foi no sentido de entender esta questão e verificar se realmente este “elemento informacional” conseguiria explicar a direção do voto do eleitor que submetemos os dados à análise. Nossa pergunta usou do conceito de sofisticação política para retratar este elemento informacional reportado por FHC. Este conceito, que remete ao nível de entendimento e conexões que os eleitores fazem entre os diversos assuntos e questões do universo político, foi tomado para interpretação apenas pela sua dimensão de diferenciação conceitual (NEUMAN, 1981). Assim o enunciado da pergunta do trabalho é: Os eleitores menos sofisticados politicamente tendem a votar mais em Dilma Rousseff, nas eleições presidenciais de 2010?

Esta suspeita, no entanto, não parece encontrar respaldo na literatura sobre sofisticação política que sugere que não haveria motivos para este elemento influenciar diretamente a direção das preferências dos eleitores. Para os autores que estudam a sofisticação política este

elemento estaria relacionado a outros fatores como a estruturação ideológica, capacidade de assimilação dos assuntos políticos, bem com a emissão e a estabilidade de opiniões do eleitor. Nesse sentido, a hipótese a ser testada é que, contrariamente ao entendimento exposto acima, a sofisticação política não influenciaria a direção do voto. Portanto não poderíamos dizer que os eleitores menos informados tenderiam a votar mais em Dilma, no pleito de 2010.

Para entendermos se a sofisticação política influenciaria ou não o voto em Dilma foram feitas análises de contingências, associação pelo chi-quadrado e correlação de Pearson, além do modelo de regressão logística para sofisticação política e voto em Dilma e em nenhum dos testes foi possível indicar a associação entre as variáveis, com algum grau de significância.

Ademais, apresentamos uma literatura sobre os fatores usualmente destacados para explicação do voto. E não encontramos evidências teóricas que a sofisticação política seria um destes elementos que explicaria diretamente a direção do voto. Esta literatura destaca aspectos econômicos, partidários, ideológicos, socioeconômicos para a construção de suas interpretações para o comportamento eleitoral brasileiro. Estes elementos também foram analisados para identificarmos os reais motivos que influenciariam a votação de Dilma Rousseff, em 2010

Os resultados gerais do trabalho são inequívocos, e confirmam nossa hipótese de não influência da sofisticação sobre o voto. Assim concluímos que outros fatores explicariam melhor a direção do voto que a sofisticação política. Esta variável não apresentaria impacto significativo sobre o voto em Dilma, como outros elementos com a identificação ideológica ou o partidarismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAQUERO, Marcello, GONZALEZ, Rodrigo Stumpf, “Eleições, estabilidade democrática e socialização política no Brasil: análise longitudinal da persistência de valores nas eleições presidenciais de 2002 a 2010”, *OPINIÃO PÚBLICA*, Campinas, vol. 17, nº 2, Novembro, 2011, p.369-399.

BAQUERO, Marcello. (2007), “Eleições e capital social: uma análise das eleições presidenciais no Brasil (2002-2006)”. *Opinião Pública*, 13 (2):231-259.

CAMPBELL, Angus, CONVERSE, Philip, MILLER, Warren & STOKES, Donald. (1960). *The american voter*. New York; London, John Wiley.

CARREIRÃO, Yan de Souza e KINZO, Maria D’Alva G. Partidos Políticos, Preferência Partidária e Decisão Eleitoral no Brasil (1989/2002). *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 47, no 1, 2004, pp. 131 a 168.

CARREIRAO, Yan de Souza. Identificação ideológica e voto para presidente. *Opin. Publica* [online]. 2002, vol.8, n.1, pp. 54-79. ISSN 0104-6276.

CASTRO, (1994). *Determinantes do comportamento eleitoral: a centralidade da sofisticação política*. Tese de Doutorado em Ciência Política, IUPERJ, Rio de Janeiro.

CONVERSE, Philip. *The Nature of Belief Systems in Mass Publics*. In: APTER, David. *Ideology and Discontent*. Nova Iorque: Free Press. 1964. p. 206-261.

DELLI CARPINI, Michael; KEETER, Scott. *What Americans Know About Politics and Why It Matters*. New Heaven: Yale University Press, 1996.

DOWNS, Anthony. *Uma Teoria econômica da democracia*. São Paulo: Edusp, 1999.

FIGUEIREDO. R. “2002: Uma eleição fenomenal”. In: *Cadernos Adenauer IV*. 2003, nº 1 *Eleições e Partidos*. Rio de Janeiro. Fundação Konrad Adenauer. Abril 2003. pp. 55-80.

FUKS, M.; BATISTA PEREIRA, F. “Informação e conceituação: a dimensão cognitiva da desigualdade política entre jovens de Belo Horizonte”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 26 (76), p. 123-143, 2011.

KINZO, Maria D’Alva Gil, *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966/1979)*. São Paulo. Vértice, 1988.

KUKLINSKI, James; QUIRK, Paul. Conceptual Foundations of Citizen Competence. *Political Behavior*. 23, 3, p. 285-311. 2002.

LAZARSFELD, Paul; BERELSON, Bernard; GAUDET, Hazel. *The People's Choice: how to voter makes up his mind in a presidential campaign*. Nova Iorque: Columbia University Press, 1965.

LÍCIO, Elaine C; RENNÓ, Lúcio e CASTRO, Henrique C.O. "Bolsa Família e Voto na Eleição Presidencial de 2006: em busca do elo perdido". *OPINIÃO PÚBLICA*, Campinas, vol. 15, nº 1, Junho, 2009, p.31-54.

LUSKIN, Robert. Measuring Political Sophistication. *American Journal of Political Science*. 31, 4, p. 856-899. 1987.

LUSKIN, Robert. Explaining Political Sophistication. *Political Behavior*. 12, 4, p. 331- 361. 1990.

NEUMAN, W. Russell. Differentiation and Integration: Two Dimensions of Political Thinking. *The American Journal of Sociology*. 86, 6, p. 1236-1268. 1981.

NEUMAN, W. Russell. *The Paradox of Mass Politics: Knowledge and Opinion in the American Electorate*. Cambridge: Harvard University Press, 1986.

PEIXOTO, V. e RENNÓ, L. Mobilidade Social Ascendente e Voto: As Eleições Presidenciais de 2010 no Brasil. *Opinião Publica* vol.17 no.2 Campinas Nov. 2011.

PEREIRA, F.B. *Racionalidade, Ambientes e Sofisticação Política na Escolha do Candidato a Presidente*. Belo Horizonte, 2010.

PEREIRA, F. B. Sofisticação política e opinião pública no Brasil: revisitando hipóteses clássicas. *Rev. Opinião Pública*, Campinas, Vol. 19, nº 2, nov. 2013, p. 291-319.

REIS, F. W. (Org.). *Os partidos e o regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro*. São Paulo: Símbolo, 1978.

REIS, F.W. "Mercado e utopia: teoria política e sociedade brasileira". 2000.

RENNÓ, L. e CABELLO, A. As Bases do lulismo: A volta do personalismo, realinhamento ideológico ou não alinhamento? In *REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - VOL. 25 N° 74*. Outubro 2010.

SAMUELS, D. (2008) A evolução do petismo (2002-2008). *Opinião Pública*, vol.14, n.2, pp. 302-318.

SAMUELS, D.,(2004) As Bases do Petismo. Opinião Pública, outubro, año/vol. 10, número 002 Universidade Estadual de Campinas São Paulo, Brasil pp. 221-241.

SIMÃO, Aziz. “O voto operário em São Paulo”. 1955, São Paulo.

SINGER, André Raízes Sociais e Ideológicas do Lulismo. in: Revista Novos Estudos, Ed. 85, Novembro 2009, p. 82-103 – CEBRAP.

SINGER, André. Esquerda e Direita no Eleitorado Brasileiro: A Identificação Ideológica nas Disputas Presidenciais de 1989 e 1994. I Ed. I. reimp. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2002.

SNIDERMAN, Paul; BRODY, Richard; TETLOCK, Philip. Reasoning and Choice: Explorations in Political Psychology. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1991.

TERRON, S. L. e SOARES. G. A. D. As bases eleitorais de Lula e do PT: do distanciamento ao divórcio. In: Opinião Pública, 2010, vol. 16, n.2, pp. 310-337.

ZALLER, John; FELDMAN, Stanley. A Simple Theory of Survey Response: Answering Questions versus Revealing Preferences. American Journal of Political Science. 36, 3, p. 579-616. 1992.

APÊNDICE

Apêndice 1

Cruzamento entre variáveis de sofisticação política e voto em Dilma 2010.

Voto em Dilma	Nível de sofisticação			Total
	BAIXO	MÉDIO	ALTO	
Não votou Dilma	42,36% (61)	45,30% (337)	40,54% (390)	42,59% (788)
Votou Dilma	57,64% (83)	54,70% (407)	59,46% (572)	57,41% (1062)
Total	100,0% (144)	100,0% (744)	100,0% (962)	100,0% (1850)

Fonte: Banco de Dados ESEB 2010.
Elaborado pelo autor.

Apêndice 1.1 Teste de Chi-Quadrado

SOFISTICAÇÃO X VOTO DILMA	
Pearson Chi-Square	3,8881
Sig.	0,143
d.f.	2
N	1850

Fonte: Banco de Dados ESEB 2010.
Elaborado pelo autor.

Apêndice 2

Cruzamento entre variáveis sexo e voto em Dilma 2010.

Voto em Dilma	Sexo		Total
	FEMININO	MASCULINO	
Não votou Dilma	43,47% (416)	41,66% (372)	42,59% (788)
Votou Dilma	56,53% (541)	58,34% (521)	57,41% (1062)
Total	100,0% (957)	100,0% (893)	100,0% (1850)

Fonte: Banco de Dados ESEB 2010.
Elaborado pelo autor.

Apêndice 2.1
Teste de Chi-Quadrado

SEXO X VOTO DILMA	
Pearson Chi-Square	0,06202
Sig.	0,431
d.f.	1
N	1850

Fonte: Banco de Dados ESEB 2010. Elaborado pelo autor.

Apêndice 3
Cruzamento entre variáveis Escolaridade e voto em Dilma 2010.

		Escolaridade					Total
Voto Dilma	em	Analfabeto até Primário incompleto	Primário completo até Ginásio incompleto	Ginásio completo até Colegial incompleto	Colegial completo até Universitário incompleto	Universitário completo até Pós- graduação (ou mais)	
Não votou Dilma		32,62% (91)	38,61% (205)	47,56% (166)	45,98% (263)	52,94% (63)	42,59% (788)
Votou Dilma		67,38% (188)	61,39% (326)	52,44% (183)	54,02% (309)	47,06% (56)	57,41% (1062)
Total		100,0% (279)	100,0% (531)	100,0% (349)	100,0% (572)	100,0% (119)	100,0% (1850)

Fonte: Banco de Dados ESEB 2010.
Elaborado pelo autor.

Apêndice 3.1
Teste de Chi-Quadrado

ESCOLARIDADE X VOTO DILMA	
Pearson Chi-Square	26,2294
Sig.	0,000
d.f.	4
N	1850

Fonte: Banco de Dados ESEB 2010. Elaborado pelo autor.

Apêndice 4

Cruzamento entre variáveis Zona de Residência e voto em Dilma 2010.

Voto em Dilma	Zona		Total
	URBANA	RURAL	
Não votou Dilma	43,84% (697)	35,00% (91)	42,59% (788)
Votou Dilma	56,16% (893)	65,00% (169)	57,41% (1062)
Total	100,0% (1590)	100,0% (260)	100,0% (1850)

Fonte: Banco de Dados ESEB 2010.
Elaborado pelo autor.

Apêndice 4.1

Teste de Chi-Quadrado

ZONA X VOTO DILMA	
Pearson Chi-Square	7.1359
Sig.	0,008
d.f.	1
N	1850

Fonte: Banco de Dados ESEB 2010. Elaborado pelo autor.

Apêndice 5

Cruzamento entre variáveis Cor/Raça e voto em Dilma 2010.

Voto em Dilma	Cor/Raça		Total
	NÃO BRANCOS	BRANCOS	
Não votou Dilma	35,78% (376)	51,56% (412)	42,59% (788)
Votou Dilma	64,22% (675)	48,44% (387)	57,41% (1062)
Total	100,0% (1051)	100,0% (799)	100,0% (1850)

Fonte: Banco de Dados ESEB 2010.
Elaborado pelo autor.

Apêndice 5.1
Teste de Chi-Quadrado

ZONA X VOTO DILMA	
Pearson Chi-Square	46.2786
Sig.	0,000
d.f.	1
N	1850

Fonte: Banco de Dados ESEB 2010. Elaborado pelo autor.

Apêndice 6
Cruzamento entre variáveis Renda Familiar e voto em Dilma 2010.

		Renda Familiar						Total
Voto em Dilma		Até 1 sm	De 1 a 2 sm	De 2 a 5 sm	De 5 a 10 sm	De 10 a 15 sm	Mais de 15 sm	
Não votou Dilma		32,21% (86)	41,39% (221)	44,61% (327)	47,81% (109)	54,00% (27)	47,37% (18)	42,59% (788)
Votou Dilma		67,79% (181)	58,61% (313)	55,39% (406)	52,19% (119)	46,00% (23)	52,63% (20)	57,41% (1062)
Total		100,0% (267)	100,0% (534)	100,0% (733)	100,0% (228)	100,0% (50)	100,0% (38)	100,0% (1850)

Fonte: Banco de Dados ESEB 2010.
Elaborado pelo autor.

Apêndice 6.1
Teste de Chi-Quadrado

RENDAS FAMILIAR X VOTO DILMA	
Pearson Chi-Square	18.8620
Sig.	0,002
d.f.	5
N	1850

Fonte: Banco de Dados ESEB 2010. Elaborado pelo autor.

Apêndice 7

Cruzamento entre variáveis de Idade e voto em Dilma 2010.

Voto em Dilma	Idade			Total
	16 a 30 anos	31 a 50 anos	51 anos ou mais	
Não votou Dilma	43,54% (263)	40,57% (297)	44,44% (228)	42,59% (788)
Votou Dilma	56,46% (341)	59,43% (435)	55,56% (285)	57,41% (1062)
Total	100,0% (604)	100,0% (732)	100,0% (513)	100,0% (1850)

Fonte: Banco de Dados ESEB 2010.
Elaborado pelo autor.

Apêndice 7.1

Teste de Chi-Quadrado

IDADE X VOTO DILMA

Pearson Chi-Square	2,1620
Sig.	0,339
d.f.	2
N	1850

Fonte: Banco de Dados ESEB 2010.
Elaborado pelo autor.

Apêndice 8

Cruzamento entre variáveis Região e voto em Dilma 2010.

Voto em Dilma	Região					Total
	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul	
Não votou Dilma	45,86% (61)	30,65% (156)	44,46% (353)	51,11% (69)	53,41% (149)	42,59% (788)
Votou Dilma	54,14% (72)	69,35% (353)	55,54% (441)	48,89% (66)	46,59% (130)	57,41% (1062)
Total	100,0% (133)	100,0% (509)	100,0% (794)	100,0% (135)	100,0% (279)	100,0% (1850)

Fonte: Banco de Dados ESEB 2010.
Elaborado pelo autor.

Apêndice 8.1
Teste de Chi-Quadrado

REGIÃO X VOTO DILMA	
Pearson Chi-Square	48,7570
Sig.	0,000
d.f.	4
N	1850

Fonte: Banco de Dados ESEB 2010. Elaborado pelo autor.

Apêndice 9
Cruzamento entre variáveis Avaliação de Governo e voto em Dilma 2010.

Avaliação de Governo			
Voto em Dilma	NÃO POSITIVA	POSITIVA	Total
Não votou Dilma	89,92% (116)	39,05% (672)	42,59% (788)
Votou Dilma	10,08% (13)	60,95% (1049)	57,41% (1062)
Total	100,0% (129)	100,0% (1721)	100,0% (1850)

Fonte: Banco de Dados ESEB 2010.
Elaborado pelo autor.

Apêndice 9.1
Teste de Chi-Quadrado

AVALIAÇÃO DE GOVERNO X VOTO DILMA	
Pearson Chi-Square	127,0304
Sig.	0,000
d.f.	1
N	1850

Fonte: Banco de Dados ESEB 2010. Elaborado pelo autor.

Apêndice 10

Cruzamento entre variáveis Preferência Partidária e voto em Dilma 2010.

Voto em Dilma	Preferência Partidária		Total
	NÃO PREFERÊNCIA	PREFERÊNCIA	
	PELO PT	PELO PT	
Não votou Dilma	55,07% (733)	10,60% (51)	42,59% (788)
Votou Dilma	44,93% (598)	89,40% (464)	57,41% (1062)
Total	100,0% (1331)	100,0% (519)	100,0% (1850)

Fonte: Banco de Dados ESEB 2010.
Elaborado pelo autor.

Apêndice 10.1

Teste de Chi-Quadrado

AVALIAÇÃO DE GOVERNO X VOTO DILMA

Pearson Chi-Square	302.0505
Sig.	0,000
d.f.	1
N	1850

Fonte: Banco de Dados ESEB 2010. Elaborado pelo autor.

Apêndice 11

Cruzamento entre variáveis de identificação ideológica e voto em Dilma 2010.

Voto em Dilma	Identificação Ideológica				Total
	SEM	ESQUERDA	CENTRO	DIREITA	
	IDENTIFICAÇÃO				
Não votou Dilma	41,86% (342)	25,75% (60)	49,04% (102)	47,97% (284)	42,59% (788)
Votou Dilma	58,14% (475)	74,25% (173)	50,96% (106)	52,03% (308)	57,41% (1062)
Total	100,0% (817)	100,0% (233)	100,0% (208)	100,0% (592)	100,0% (1850)

Fonte: Banco de Dados ESEB 2010.
Elaborado pelo autor.

Apêndice 11.1
Teste de Chi-Quadrado

IDENTIFICAÇÃO IDEOLÓGICA X VOTO DILMA	
Pearson Chi-Square	37,7501
Sig.	0,000
d.f.	3
N	1850

Fonte: Banco de Dados ESEB 2010.
Elaborado pelo autor.

Apêndice 12

Cruzamento entre variáveis Participação no Programa Bolsa Família e voto em Dilma 2010.

Voto em Dilma	Participação no Programa Bolsa Família		Total
	NÃO BENEFICIÁRIO	BENEFICIÁRIO	
Não votou Dilma	44,84% (695)	31,00% (93)	42,59% (788)
Votou Dilma	55,16% (855)	69,00% (207)	57,41% (1062)
Total	100,0% (1550)	100,0% (300)	100,0% (1850)

Fonte: Banco de Dados ESEB 2010.
Elaborado pelo autor.

Apêndice 12.1
Teste de Chi-Quadrado

PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA X VOTO DILMA	
Pearson Chi-Square	19,6863
Sig.	0,000
d.f.	1
N	1850

Fonte: Banco de Dados ESEB 2010. Elaborado pelo autor.